



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 041 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 041

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projeto de Resolução 12

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Teruo Kato..... 18

Dep. Tadeu Veneri..... 19

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri20

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior24

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost24

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli26

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente27

Discussão/Votação

2ª Discussão28

1ª Discussão29

Requerimentos32

Encerramento da Sessão35

Publicações

Comissão Executiva

Atos.....36

DIÁRIO Nº 041

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausente o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº 1919/PRES do Sr. Rafael Greca de Macedo - Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que pede esclarecimentos sobre as linhas de financiamentos e/ou convênios/contratos firmados entre o estado e a corporação, que visem atender os policiais militares. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 096/07

SÚMULA:

Propõe construção de cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Professora Rosilda de Souza Oliveira no município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de cobertura da quadra poliesportiva deste estabelecimento de ensino, mesmo que tenha apenas 4 anos de construção, não foi planejado com a referida cobertura.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que prejudica as atividades escolares, tendo em vista que em dias de chuva as atividades de educação física não podem ser realizadas nesse espaço e, mesmo em dia de sol, especialmente de sol intenso, a prática de esporte a céu aberto se torna inviável em razão dos riscos à saúde dos alunos. Além disso, uma quadra coberta possibilita inúmeras ati-

vidades, inclusive junto à comunidade local, podendo ser transformada também em ponto de encontro para atividades culturais, apresentações e grandes reuniões de pais e comunidade.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 097/07

SÚMULA:

Propõe construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Vila Macedo no município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de cobertura da quadra esportiva deste estabelecimento de ensino.

2) A solicitação justifica-se em virtude de inúmeros transtornos ocasionados com alunos e moradores, pois na região não existe áreas de lazer, e os mesmos acreditam que o espaço deve ficar aberto no horário escolar. Assim sendo, esta obra atenderá os anseios dos 9 mil moradores da Vila Macedo, como também dos educandos.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 098/07

SÚMULA:

Solicita a instalação de um Centro de Saúde da Mulher, no município de Rio Negro.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja instalado, no município de Rio Negro, um Centro de Saúde da Mulher.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois a população local está pleiteando este tipo de atendimento médico especializado, haja vista a carência no atendimento de saúde à mulher rio-negrense.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 099/07

SÚMULA:

Solicita que seja implantada a rede de esgoto que atenda as ruas Emilio Mercuri e Ney Leprevost, no bairro Santo Inácio no município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Stênio Jacob, Presidente da SANEPAR.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Presidente, para solicitar o seguinte:

1) Seja implantada rede de esgoto nas ruas Emilio Mercuri e Ney Leprevost, no bairro Santo Inácio no município de Curitiba.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois o local não possui rede de esgoto, impedindo que as residências possam se adequar aos padrões e normas de saneamento ambiental, auxiliando no projeto de despoluição da bacia do rio Barigui.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 100/07

SÚMULA:

Solicita a parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente com as prefeituras paranaenses, para a instalação e manutenção de recipientes de recolhimento de lixo reciclável.

Ao Exmo. Sr. Lindsley Rasca Rodrigues, Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja firmada parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com as prefeituras dos municípios paranaenses, para a instalação e manutenção de recipientes de recolhimento de lixo reciclável.

2) Justificativa: Tal solicitação se faz necessária, pois a importância do trabalho em torno da reciclagem de lixo muitas vezes se faz impossível em razão da falta de recursos das prefeituras em instalar e manter recipientes adequados de recolhimento de material reciclável e perigoso, em locais acessíveis à população.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 101/07

SÚMULA:

Solicita o recapeamento asfáltico da rodovia estadual que liga os municípios de Jaguariaíva a Wenceslau Braz, em toda sua extensão.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot, Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja recapeada a rodovia estadual que serve de ligação entre os municípios de Jaguariaíva a Wenceslau Braz, em toda a sua extensão.

2) Justificativa: Tal solicitação se faz necessária, pois esta via de ligação é uma das mais importantes e possui um movimento muito grande de veículos de passeio, caminhões e ônibus, estando em situação bastante precária, com desníveis e crateras em toda a rodovia.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 102/07

SÚMULA:

Solicita a instalação de um Centro de Saúde da Mulher, no bairro São Braz, município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário Estadual da Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja instalado, no município de Curitiba, mais precisamente no bairro São Braz, um Centro de Saúde da Mulher.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois a população local está planejando este tipo de atendimento médico especializado, haja vista a possibilidade de beneficiar a comunidade local com este tipo de atendimento na área da saúde.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 103/07

SÚMULA:

Sugere a construção de uma usina que transforme lixo orgânico em gás para energia em Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - sugere a construção de uma usina que transforme lixo orgânico em gás para energia na capital do estado;

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender aos princípios de preservação da natureza e da melhoria da condição de vida da nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 104/07

SÚMULA:

Sugere que a cirurgia de transplante de medula óssea, seja realizada também na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - sugere que a cirurgia de transplante de medula óssea, seja realizada também na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender a população maringaense e da região norte do Paraná, neste tratamento médico de alta complexidade, objetivando, com isso, melhores condições de

tratamento de saúde ao paranaense menos privilegiado economicamente.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 105/07

SÚMULA:

Propõe o aumento de contingente de policiais e ronda ostensiva na zona rural do município de Engenheiro Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública: O Deputado Douglas Fabrício valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de policiais civis e militares na zona rural do município de Engenheiro Beltrão.

II - A determinação de ronda ostensiva na zona rural do mesmo município.

III - Esta é uma reivindicação antiga dos moradores e em especial nestes últimos tempos, onde tem sido freqüentes os furtos e os roubos, tanto de equipamentos agrícolas quanto de maquinários dos produtores.

IV - Representantes dos moradores da zona rural têm incansavelmente pleiteado junto ao Governo do Estado por providências e não vêm sendo atendidos.

V - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação, com enormes benefícios à comunidade rural do município.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 106/07

SÚMULA:

Dispõe sobre a criação da Subdivisão da Polícia Civil no município de Palmas.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o que segue:

I - Criar a subdivisão da Polícia Civil no município de Palmas, abrangendo os seguintes municípios: Palmas, Clevelândia, Mangueirinha, Honório Serpa e Cel. Domingos Soares.

A Secretaria da Segurança fará estudo para levantar o quadro necessário a fim de atender às necessidades dos municípios.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A criação da Subdivisão Policial proposta é uma medida de cunho preventivo, educativo, cultural, social e

político que se sobrepõe às medidas adotadas empiricamente e aos paliativos ou arremedos de segurança que existem atualmente.

Como se nota, é absoluta e inadiavelmente necessário dar-se recepção ao pleito em tela e em termos de políticas e ações concretas, primarmos pelas providências que serão definidas, agilizadas, praticadas e decididas para fazer-se frente aos graves problemas de segurança pública. Sobretudo, para erradicar-se por meio de ações integradas o crime e a violência reinantes na região, a par da coordenação e execução de trabalhos especializados, competentes e efetivamente exequíveis, tendo-se na Subdivisão Policial a ser criada um meio efetivo, pronto e concreto para o coroamento das expectativas palmenses em sua totalidade.

INDICAÇÃO Nº 107/07

SÚMULA:

Solicita a instalação de Bibliotecas Cidadãs nos municípios de Guaratuba, Piraí do Sul, Rio Negro e nos bairros São Braz e Campo Comprido no município de Curitiba.

A Exma. Sra. Vera Mussi Augusto, Secretária Estadual da Cultura.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se à Sra. Secretária, para solicitar o seguinte:

1) Sejam instaladas, nos municípios de Guaratuba, Piraí do Sul, Rio Negro e nos bairros São Braz e Campo Comprido no município de Curitiba, Bibliotecas Cidadãs.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois a população local está pleiteando este tipo de benefício, tendo em vista o aprimoramento cultural que estes espaços proporcionam à comunidade local.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 192/07, 255/07, 264/07 e 281/07, que isenta motocicletas e similares do pagamento de pedágio, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário e acatando sugestão do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a desanexação dos

Projetos de Lei nºs 116/07 e 140/07, que tratam de assuntos referentes ao pedágio.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, no dia 23 de maio de 2007, na visita do Vice-Ministro para Italianos no Brasil, Exmo. Sr. Franco Danieli, na Sociedade Garibaldi, no município de Curitiba, quando estarão presentes os deputados de origem italiana.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, o uso do Grande Expediente para o dia 09 de maio de 2007, a ser utilizado pelos Srs. Paulo de Santos Ferreira, do Comitê em Defesa dos Empregados da TMT; Gean Xavier Pietzack, trabalhador demitido da TMT e Carlos Castro, do Movimento Nacional das Fábricas Ocupadas.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a reserva do horário do Grande Expediente do dia 03 de julho de 2007 para a comemoração do bicentenários de Giuseppe Garibaldi, quando farão uso da palavra a signatária, na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Paraná-Itália; o Presidente da Sociedade Garibaldi, Sr. Celso Luiz Gusso; e o Cônsul da Itália, Exmo. Sr. Riccardo Battisti.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gláucia Maria Costa Pinto, aos 49 anos de idade, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Gonçalves da Luz, aos 86 anos de idade, ocorrido nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais desta Casa o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do Sr. Miguel Ângelo Ditzel, ocorrido na última sexta feira, dia 4.

Importante personagem política de Ponta Grossa e advogado militante, a morte precoce aos 36 anos o impediu de seguir carreira. No campo da política, presidiu durante muitos anos o diretório do Partido Humanista da Solidariedade - PHS.

Requer ainda que seja dada ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à R. Cruz e Souza, 290, bairro São José, CEP 84015-420, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Atlético Clube Paranaíba (ACP) do município de Paranaíba, pela conquista do campeonato estadual do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Sr. Presidente do Atlético Clube Paranaíba, para que receba e transmita a todos os companheiros de Diretoria, bem como aos atletas que conquistaram o histórico campeonato paranaense. Requer também, que

se dê conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Maurício Yamakawa, Prefeito Municipal, ao Exmo. Sr. Vice-Prefeito Rubens Felipe, bem como aos Exmos. Srs. Vereadores do município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A vitória do Atlético Clube de Paranavaí (ACP), campeão do Paraná de 2007, foi uma decisão de deixar qualquer torcedor com os nervos a flor da pele, na tarde de ontem no estádio Durival de Brito e Silva na capital. A vontade e o poder de superação do Paranavaí, falaram mais alto. A espera terminou ontem com o empate de zero a zero contra o Paraná Esporte Clube.

O inédito título estadual do Paranavaí encerra um tabu de 30 anos. Desde 1977 um clube do interior não dava a volta olímpica batendo com o representante da capital na decisão.

Enquanto os jogadores do ACP recebiam o troféu na Vila Capanema, a televisão mostrava ao vivo, a população de Paranavaí invadindo as principais ruas da cidade, até a madrugada de hoje. Parecia que o Brasil tinha ganhado a Copa do Mundo.

O Atlético Clube Paranavaí (ACP), escreveu seu nome na seleta galeria dos times do interior que conseguiram ganhar o título de Campeão Paranaense de 2007.

REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o respeitável Plenário, seja consignado na ata da Sessão votos de congratulações e louvor à diretoria, à comissão técnica e aos jogadores do Atlético Clube Paranavaí - ACP, vencedor do Campeonato Paranaense de Futebol de 2007.

Com essa conquista, o “Vermelhinho” escreveu o seu nome na seleta galeria de times do interior que conseguiram ganhar o título de campeão paranaense, fato que não se repetia há 30 anos. Merece destaque o apoio da torcida do ACP, a qual, ao longo de todo o campeonato, apoiou incondicionalmente seu time e compareceu em grande número à final na Vila Capanema.

Requer à Mesa Diretora o envio de cópia do presente requerimento ao Atlético Clube Paranavaí, representado pelo seu Presidente, Sr. Nivaldo Mazzin, na Avenida Tancredo Neves, s/n, Estádio Municipal “Valdemiro Vagner”, CEP 87702-180, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o respeitável Plenário, seja consignado na ata da Sessão votos de

congratulações ao empresário João Roberto Viotto, Diretor da Jorrovi Comércio de Calçados Ltda.

Jovem empresário, de espírito arrojado, Viotto é proprietário de rede de lojas de calçados, com matriz em Paranavaí. Quarta-feira passada inaugurou mais uma filial em Arapongas e, no segundo semestre, inaugurará nova loja em Londrina, fatos que por si só atestam a sua qualidade de empreendedor.

Viotto é o atual Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí - ACIAP, que na sua gestão adotou a divisa “Paranavaí não reclama, trabalha”, e vem se destacando por priorizar iniciativas que trazem a marca da responsabilidade social, voltadas de modo especial para a geração de empregos.

Requer à Mesa Diretora o envio de cópia do presente requerimento à Jorrovi Comércio de Calçados Ltda., representado pelo seu Diretor, Sr. João Roberto Viotto, na R. Getúlio Vargas, nº 1020, CEP 87702-080, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população de Uraí, através de seu Prefeito, Sr. Susumo Itimura, pela passagem dos 71 anos de emancipação política do município no dia 05 de maio próximo passado.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a prefeitura municipal, no endereço: R. Rio de Janeiro, 496, Centro, CEP 86280-000, Uraí / PR.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Marcos Moraes e Sandra Lúcia Moraes, que completa 25 anos de união conjugal em 08/05 do corrente, celebrando Bodas de Prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1141

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Moacyr Fadel.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Moacyr Fadel, Prefeito de Castro, por ocasião de sua posse como Presidente da AMP - Associação dos Municípios do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1144

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Movimento de Irmãos da Arquidiocese de Curitiba, representado pelo casal presidente Wilson Zanini e Erondina Zanini.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Movimento de Irmãos da Arquidiocese de Curitiba, representado pelo casal presidente Wilson Zanini e Erondina Zanini, pelos relevantes serviços prestados em prol da comunidade, atuando com muita dedicação, promovendo ações em todos os níveis junto às paróquias da região.

REQUERIMENTO N° 1149

Senhor Presidente:

REQUER, seja encaminhado à Mesa Executiva, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Atlético Clube Paranaíba - ACP, pela conquista do Campeonato Paranaense 2007.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO N° 1151

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, registro nos

Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações às autoridades e população do município de Braganey, pela comemoração do 25° aniversário de emancipação política, no dia 03 de maio de 2007.

Requer, outrossim, que seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Rui Figueiredo Pereira e Vice-Prefeito, Mateus Marma Netto, bem como, Presidente da Câmara Municipal, Sr. Pedro Pires Garcia, sito na Av. Artur Pereira, n° 860 - CEP 85430-000 - Braganey/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 25 anos de emancipação, o município festeja com orgulho o seu jubileu de prata, cuja população unida e solidária, com muito trabalho e dedicação, tem demonstrado o seu valor e potencial no desenvolvimento e crescimento de sua terra. Um povo feliz e trabalhador, cumpridor de seus deveres, consciente de seus direitos e responsabilidades, que unido às suas lideranças e autoridades do Executivo e Legislativo é merecedor das mais efusivas homenagens e congratulações pela beleza e grandeza que é Braganey, pela grande produção agropecuária, agroindustrial, que muito engrandece o oeste do Estado, gerando riquezas e desenvolvimento para o Paraná.

Parabéns Braganey! Parabéns braganeyenses!

REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Silda Groff e Luiz Groff, pela celebração de bodas de ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, festejados no último dia 27 de abril de 2007, no município de Mercedes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando seus votos de louvor, congratulações e também muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros, noras e todos os familiares. Cumprimentos também à comunidade de Mercedes, pelo ilustre casal de pioneiros que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Requer ainda, que seja oficiado ao casal a decisão desta Casa, com endereço: Av. Dr. Mário Tota, 312, CEP 85.998-000, Mercedes/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Augusto Maróstica e Irmgard Maróstica, pela celebração de bodas de ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, festejados no último dia 05 de maio de 2007, na cidade de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando os votos de louvor, congratulações e também muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros, noras e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade de Toledo, por ter em seu meio o ilustre casal Augusto e Irmgard, que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Requer ainda, que seja oficiado ao casal a decisão desta Casa, com endereço: Augusto Maróstica, Rua São João, 1160, CEP 85.900-050, Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao jornal Gazeta de Pirahy.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao jornal Gazeta de Pirahy pelo seu importante trabalho de informação com credibilidade na região.

REQUERIMENTO Nº 1117

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - Regional Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - Regional Paraná (ABPF), pelos relevantes serviços à memória e cultura paranaense, e também pelo esforço em preservar a história da ferrovia em todo o Brasil e principalmente em nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e con-

gratulações ao Sr. Nelson Toloto.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Nelson Toloto, por sua importante contribuição na área da saúde.

Destacamos sua brilhante atuação, como administrador hospitalar, no hospital Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho.

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Welk Ferreira Daniel.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Welk Ferreira Daniel, renomado comunicador do norte pioneiro, atuando com competência e dedicação, na Rádio Educadora AM 1420 khz, no município de Jacarezinho e região.

REQUERIMENTO Nº 1148

Senhor Presidente:

REQUER seja encaminhado à Mesa Executiva, solicitando voto de louvor ao Instituto dos Olhos, pelos excelentes serviços prestados à população paranaense.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER moção de aplauso ao Atlético Clube de Paranaíba pela conquista do Campeonato Estadual de Futebol de 2007.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A crônica esportiva paranaense é unânime em afirmar que a memorável vitória do Atlético Clube de Paranaíba, na edição de 2007 do Campeonato Estadual de Futebol, é creditada às virtudes da humildade, da simplicidade e da união entre todos os atletas participantes do certame.

A afirmação generalizada é resultado de análise sobre as parcas condições financeiras, que não foram empecilhos para a consagração de atletas até então pouco conhecidos pelo grande público amante do futebol.

Subscrevo o presente documento, como representante de praticamente todos os municípios do Noroeste do Paraná e devido à minha vivência na região, faço coro à alegria de todos os meus concidadãos que nas arquibancadas impulsionaram o ACP para essa vitória.

Que da decisão da Mesa, se dê ciência ao Atlético Clube de Paranaíba, através do seu Presidente, o Vereador Nivaldo Mazzin.

REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Sr. Governador do Estado, solicitando providências para a instalação de Escola de Formação de Soldados junto ao 8º Batalhão da Polícia Militar sediado em Paranaíba.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O efetivo policial permanece em número inferior ao exigido pelo aumento da criminalidade na microrregião de Paranaíba.

As estatísticas apontam, crescimento de delitos criminais em suas mais variadas formas, notadamente na região polarizada por Paranaíba e que abrange 35 municípios, dentre os quais, diversos fronteiriços com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Ultimamente, em virtude do recrudescimento das ações policiais nas cidades da região de Foz do Iguaçu em sua divisa com a cidade paraguaia de Ciudad del Leste e mais recentemente, por causa da construção de moderna e eficiente aduaneira na região das três fronteiras - Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai e o consequente aumento da fiscalização na divisa entre Salto del Guayrá no vizinho país e a cidade de Guaíra, a rota do contrabando de mercadorias - eletrônicas e informática, principalmente, mais drogas, armas e cigarros, vêm se transferindo para as travessias dos portos Felício (Naviraí/MS, Querência do Norte/PR), São José (Nova Andradina/MS, São Pedro do Paraná/PR) e Primavera (Primavera/MS, Diamante do Norte/PR).

Registra-se também o aumento de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa - roubos, assaltos, assassinatos em todos os municípios da abrangência da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, a AMUNPAR, independente do número de seus habitantes.

São estes os principais motivos pelos quais reivindicamos ao Sr. Governador do Estado, as providências para a instalação de Escola de Polícia na cidade de Paranaíba, buscando a reposição do efetivo policial em número condizente com a necessidade de segurança na região noroestina.

REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado, no sentido de determinar ao departamento competente, a ampli-

ação do número de policiais civis e militares no município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Anexamos a este requerimento, toda a documentação que nos foi enviada pela Agência de Desenvolvimento de Goioerê (Ofício nº 008/07 de 20 de abril de 2007) - Ofício nº 065/07/cm/ de 20 de abril de 2007, da Câmara Municipal do mesmo município. Com Ofícios nºs 056/07 de 24 de abril de 2007, da Câmara Municipal de Moreira Sales, e Ofícios 1396/07 - 1397/07 e Ofício nº 100/04/2007 de 24 de abril da Prefeitura de Rancho Alegre d'Oeste.

O combate às drogas, teria necessariamente que ser realçado por todos os segmentos conscientizados da comunidade social e governamental, afim de que se forme uma audiência cruzada contra os entorpecentes, parte-se assim, para a fixação de uma política globalizada, destinada a enfrentar o narcotráfico, esperando-se que possa atingir encorajadores índices de êxitos no nosso estado do Paraná, especialmente nestes municípios que agora nos referimos com esta documentação que anexamos ao requerimento, numa elogiável conjugação de providências eficazes, de inuidosa repercussão.

O reflexo das ações do crime organizado, em torno do narcotráfico, é predominante nas regiões mais pobres e na periferia dos grandes centros. Daí expande-se para os municípios circunvizinhos, aliciando cada vez mais jovens.

Trata-se do maior flagelo social e familiar dos últimos anos.

Temos certeza que o Exmo. Sr. Governador Dr. Roberto Requião, adotará as providências necessárias.

REQUERIMENTO Nº 1124/07

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa sejam encaminhados à Secretária de Estado da Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto, documentos relativos ao prédio da Estação Rodoviária Américo Dias Ferraz, como forma de esclarecer e alertar aquela pasta sobre os riscos do tombamento do referido prédio público, com cópia para o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, cujos membros seguem nominados em documento anexo.

Documentos anexos: Ofício 708/07 da Prefeitura de Maringá, breve histórico da Estação Rodoviária "Américo Dias Ferraz"; Ofício 12/B-8 do Corpo de Bombeiros de Maringá; cópia do Auto de Interdição 1/2007, cópia do processo 13116/2007 da Prefeitura e abaixo-assinado do condomínio; 30 fotografias do prédio e instalações e laudo da situação da rodoviária velha em CD.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender, em regime de urgência, o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Guilherme Pereira Neto - Vila Pompéia - Campo de Santana, que pedem policiamento ostensivo ou a presença da Patrulha Escolar no local. Nas imediações do colégio existe uma gangue de aproximadamente 15 rapazes que agridem os alunos, batendo até deixá-los no chão.

A situação é muito crítica e perigosa e os pais encontram-se apavorados com a falta de segurança dos alunos, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Iolanda Maria Leite, residente à R. Palmira Glória de Queiróz, 250 - bairro Órleans, que pede, em regime de urgência, a verificação de qualidade da água que está sendo fornecida para a sua residência.

Ocorre que desde o mês de março a água apresenta um gosto péssimo (gosto de madeira podre), mau odor e impossível de ingestão. Afirma a Sra. Iolanda que já fez tal reclamação junto à SANEPAR, porém o problema não foi solucionado. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente através do telefone 3272-8174.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de agilizar o atendimento do pedido do Sr. Reinaldo Domingues da Silva, residente à R. Ovídio Garcez, 10 - bairro Cachoeira, feito sob Protocolo nº 20141017, da COPEL, referente a implantação de rede de energia elétrica em sua residência. Trata-se de uma região constituída de aproximadamente 55 residências que não dispõem de energia elétrica residencial e pública. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente através do telefone 3585-3562.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, solicitando informações relativas aos convites para a Reunião do Secretariado onde haveria sorteio de um ônibus. Muito embora o Governo do Estado tenha informado à imprensa que não mais haverá o sorteio do referido veículo na reunião do dia 08 de maio, cabe ainda a convocação para a reunião de esclarecimentos, onde questionar-se-á:

- Quantos convites para a reunião da Escola de Governo, a ser realizada no dia 08 de maio, foram confeccionados? Juntar requisição de confecção enviado à Imprensa Oficial do Estado.

- Qual o custo da impressão?

- Qual o custo do papel empregado na referida impressão?

- Quem executou o endereçamento dos citados convites?

- Quem realizou a distribuição dos convites?

- Qual setor da Casa Civil é responsável pelo envio deste convite?

- Quantos servidores estão lotados no referido setor?

- Quanto tempo de trabalho de cada servidor consumiu a confecção, o envelopamento, o endereçamento e o envio do convite?

- Quem foi o ordenador de tal despesa?

- Que dotação orçamentária foi utilizada para este fim?

- Qual o custo final, entre impressão e entrega, considerando material e mão-de-obra para execução do serviço ordenado?

- O que significa a inscrição ct CIRC CEE/CC 004/07 aposta nos referidos convites?

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre os graves problemas enfrentados pelos municípios paranaenses relacionados ao transporte escolar que atendem os alunos da rede pública de ensino:

- Quais os valores atualmente destinados pelo Governo do Estado ao transporte escolar?

- Quais os critérios para distribuição entre os municípios?

- Quais os valores ideais para suprir as necessidades dos municípios e quais os valores efetivamente repassados?

- A compra de ônibus escolares por parte do Governo do Estado tem sido realizada? Com quais critérios de destinação?

- Discriminar os repasses feitos nos últimos 4 anos, por município.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando do mesmo informações sobre a suspensão de cirurgias eletivas do Sistema Único de Saúde - SUS, no estado do Paraná.

Segundo matéria jornalística publicada na Folha de Londrina do dia 05 de maio do corrente ano, hospitais de todo o Paraná estariam recebendo ofício do Ministério da Saúde suspendendo recursos do SUS para cirurgias eletivas. Segundo essa nota jornalística, o Ministério alega que o Paraná não enviou a documentação exigida a tempo. Seriam R\$ 23 milhões a menos para a saúde do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando do mesmo informações sobre a previsão de construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Adaile Maria Leite - Ensino Fundamental e Médio, situada no Jardim Liberdade, em Maringá.

Trata-se de reivindicação da comunidade, haja vista a importância das atividades esportivas na qualidade de vida dos alunos do referido colégio.

Cabe salientar que aquela comunidade escolar já efetivou 4 protocolos reivindicando as seguintes obras:

- 1) 8511672, de 29/06/05 - quadra esportiva;
- 2) 8511673, de 29/06/05 - muros laterais;
- 3) 8511666, de 28/06/05 - substituição de alambrados do fundo por muro de alvenaria;
- 4) 8511645, de 27/06/05.

Esses protocolos estão para providências desde 2005, enquanto a comunidade escolar sofre a ausência do aparelho público.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica criada a Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná.

Parágrafo Único. A Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná terá caráter suprapartidário, tendo por objetivo reunir Parlamentares desta Casa comprometidos com o ideal de estreitar as relações culturais e econômicas e fortalecer os laços de amizade entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil, principalmente com o estado do Paraná, independente de suas crenças religiosas ou filiações ideológicas.

Art. 2º A adesão à Frente Parlamentar será facultada a todos os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º Os Parlamentares desta Casa poderão solicitar a adesão a esta Frente Parlamentar no prazo de cinco (5) dias, contados a partir da promulgação desta resolução.

§ 2º Os signatários da presente proposição legislativa comporão a Diretoria e os Conselhos da Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná e escolherão entre si os titulares dos diversos cargos constantes do Estatuto e Regimento Interno da Frente, a ser elaborado pelos seus membros, imediatamente após a aprovação deste projeto de resolução.

Art. 3º As reuniões da Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná terão caráter público, podendo ser assistidas por qualquer cidadão.

Art. 4º A Frente parlamentar Brasil-China no estado do Paraná reger-se-á pelo seu estatuto, cujas disposições deverão respeitar a legislação em vigor, e atuará sem ônus para a Assembléia Legislativa.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) MAMEDE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto se justifica tendo em vista os laços de amizade e cooperação econômica que têm unido os nossos povos, Brasil e China comemoram 30 anos do restabelecimento de relações diplomáticas, ocorrido a 15 de agosto de 1974 e o estado do Paraná sedia importantes empresas e instituições responsáveis por essa aproximação e parceria.

O Brasil é hoje o maior parceiro comercial da

China na América Latina e a China o 6º maior mercado exterior do Brasil.

A China é hoje um gigantesco e sólido mercado, uma das maiores posições de reservas em divisas do mundo, que ora, superam um volume de US\$ 600 bilhões, e retrata um superávit nas nossas trocas bilaterais no patamar dos US\$ 5,5 bilhões com aquele país.

Pensando nisso, há que se dizer que os números chineses sempre impressionam: a China apresenta um crescimento espetacular do PIB, de 9,9% em 2005. Dos países BRIC-Brasil, Rússia, Índia e China em 2006 a China foi a campeã de crescimento (10,7%), seguida pela Rússia (6,7%) e Índia, que deve ter crescido 9,2%. O Brasil amarga a pior posição em 2006 (2,9%), segundo dados divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O consumo chinês será de 8,6% do total das grandes economias em 2010, ocupando o 3º lugar, depois dos EUA e Japão. O Credit Suisse estima que esse valor chegue aos 21,8% em 2020, quando a participação dos EUA será de 34,6%.

Nos 11 primeiros meses de 2006, o Brasil foi o maior parceiro comercial da China na América Latina, segundo dados da Academia Chinesa de Ciências Sociais - ACCS, divulgados pela imprensa oficial do país asiático. O Brasil registrou de janeiro a novembro do ano passado um volume comercial com a China de US\$ 18,5 bilhões, informa o Diário do Povo, órgão oficial do Partido Comunista chinês. Brasil, México, Chile, Argentina, Venezuela, Peru e Panamá responderam por 80% do intercâmbio comercial entre a China e a América Latina em 2006.

O comércio entre a China e os latino-americanos deve chegar a US\$ 100 bilhões em 2010, valor que analistas consideram fácil de atingir, segundo o Diário do Povo. Em 2006, o comércio bilateral entre chineses e latino-americanos movimentou US\$ 70,2 bilhões, enquanto em 2005 esse valor foi de US\$ 50 bilhões. O Credit Suisse aponta que, diante desse cenário, não é de estranhar que empresas de bens de consumo estejam chegando à China desde já, entre elas a Nestlé, a Coca-Cola, Wal-Mart, Nokia ou Swatch.

Este panorama revela a necessidade de uma frente que busque suprir a necessidade de um povo aguerrido como o povo paranaense, neste novo cenário do comércio internacional que inevitável e inegavelmente afeta a todos, homens de negócios e cidadãos.

Em diversas ocasiões, os Presidentes do Brasil e da China têm dito e reiterado a propriedade de formar uma aliança estratégica entre o Brasil e a China. E realmente esta aliança poderia contribuir muito para o benefício mútuo das duas nações. Nos foros internacionais o Brasil a trata de questões ligadas ao 3º mundo, as relações norte-sul e aquelas relacionadas à Organização Mundial de Comércio. Não existem contensões entre o Brasil e China ou áreas de graves conflitos de interesse, existindo uma admiração e respeito mútuo entre os povos da China e do Brasil.

Deve-se considerar, neste contexto, que tanto o nosso Brasil quanto a China, estão inseridos no acrônimo

internacional denominado BRIC, cuidadosamente cunhado pelo grupo Goldman Sachs para designar os 4 principais países emergentes do mundo, a saber: Brasil, Rússia, Índia e China. Usando as últimas projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e crescimento de produtividade, o grupo Goldman Sachs mapeou as economias dos países BRICs até 2050. Especula-se que esses países poderão se tornar a maior força na economia mundial. Se os resultados correrem como o esperado, em menos de 40 anos as economias BRICs juntas poderão ser maiores que as dos G6 - Estados Unidos da América, Japão, Inglaterra, Alemanha, França e Itália, em termos de dólar americano (US\$). O termo surgiu depois de tratados de cooperação e comércio assinados em 2002 e tem tomado relevo no cenário econômico mundial.

Esses 2 países são nações gigantescas de extensão territorial continentais. Ambos países pertencem ao chamado 3º mundo e são nações em desenvolvimento. E as economias da China e do Brasil, em muitas áreas, são complementares. Existe uma multiplicidade de oportunidades para parcerias que podem beneficiar ambas as partes.

O Brasil possui a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, cujo Presidente bi-nacional, Sr. Charles Andrew Tang tem sido incansável nessa tarefa de aproximação entre os nossos países. No nosso estado do Paraná, a CCIBC vem sendo conduzida pelo Sr. José Carlos Bom de Oliveira, seu Diretor Executivo, paladino deste processo de aproximação nessa região. Também o Exmo. Sr. Cônsul Geral da República Popular da China, sediado na cidade do Rio de Janeiro, Sr. Li Zhongliang tem sido peça fundamental nesse estreitamento de nossas relações culturais, econômicas e sociais.

Vale lembrar que, a comemoração do Dia da República Popular da China, em 14 de junho, coincide com a data de instalação do primeiro Consulado Geral da China em nosso país, fato que nos leva a acreditar, ainda mais, numa duradoura e próspera união entre nossas nações.

Por derradeiro, o estudo realizado para a confecção deste projeto de resolução, revela que os 2 estados soberanos, Brasil e China, destacando neste cenário o estado do Paraná, enfrentarão desafios diferentes para manter seu crescimento em patamares desejáveis. Porém, tais desafios, com o advento da Frente Parlamentar Brasil-China do estado do Paraná, aliada à Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China-PR, serão superados por uma usina de demanda, regrada, balisada e voltada para o interesse do povo paranaense.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 324/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que as agências lotéricas, que prestem serviços bancários, deverão colocar à dispo-

sição de seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixa, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

§ 1º Entende-se atendimento em tempo razoável, como mencionado no *caput*, o prazo máximo de 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

§ 2º Os prestadores de serviços indicados no *caput* deste artigo deverão informar aos consumidores, em cartaz fixado na sua entrada, a escala de trabalho no setor de caixas colocados à disposição.

Art. 2º Fica estabelecido o atendimento preferencial e diferenciado nos caixas, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e portadores de necessidades especiais, e pessoas com crianças no colo.

Art. 3º O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa de 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência/PR;

III - multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência/PR;

IV - a partir da 5ª (quinta) reincidência, multa de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência/PR;

V - a inclusão do infrator em cadastro público de reclamações fundamentadas do PROCON/PR, desde o primeiro registro de reclamação, ato de ofício ou lavratura de auto de infração, após análise pelo órgão público de defesa do consumidor, considerada procedente, por decisão definitiva.

§ 1º Os estabelecimentos compreendidos nesta lei só sairão do cadastro público mencionado no item IV após o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nos artigos antecedentes.

§ 2º O Poder Executivo publicará o auto de infração, previsto no artigo anterior, no Diário Oficial do Estado, até o 10º dia do mês subsequente.

§ 3º Não será considerada infração à lei, desde que devidamente comprovado, quando a não observância do tempo de espera previsto no parágrafo 1º do artigo 1º, decorrer de:

I - força maior, tais como falta de energia elétrica, problemas relacionados com telefonia e transmissão de dados;

II - greves.

Art. 4º As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta lei deverão ser encaminhados ao PROCON/PR, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

Parágrafo Único. O Poder Executivo disponibilizará meios eficazes para o recebimento das denúncias e sua averiguação e controle.

Art. 5º As agências lotéricas, terão 90 dias, a contar da data de publicação desta lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

As longas filas que formam-se em frente as agências lotéricas, somadas à falta de caixas preferenciais para idosos, gestantes, adultos com crianças no colo e portadores de necessidades especiais, onde o tempo de espera facilmente ultrapassa o período de tempo estipulado por este projeto de lei é a justificativa de maior relevância para o encaminhamento e aprovação do presente projeto de lei pela Assembléia Legislativa.

Nos últimos anos, lotéricas cumprem também o papel de agências bancárias, recebendo tributos e efetuando pagamentos para clientes de bancos estatais, como a Caixa Econômica Federal, sem no entanto adaptarem-se a estes novos serviços prestados, isto é, não disponibilizam a seus clientes caixas em número suficiente para um atendimento digno, expondo desta forma um grande número de pessoas a espera, muitas vezes expostas as intempéries climáticas e a falta de segurança.

A segunda justificativa que apresentamos é a de fornecer um instrumento eficaz e efetivo para que as diversas Coordenadorias de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR possam atender, de maneira legal, a grande quantidade de queixas que lhes tem sido encaminhadas pelos usuários dessas agências lotéricas, possibilitando-lhes inclusive, a aplicação efetiva de sanção pecuniárias.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece que: *espera excessiva é passível de multa*, mas não há esclarecimento sobre o que é abusivo, ou seja, quanto tempo é considerado abusivo para se ficar em uma fila.

Através deste projeto de lei, esperamos complementar a abstração do Código de Defesa do Consumidor, dirimindo dúvidas quanto ao tempo máximo a que podem ser sujeitos os usuários dos serviços ofertados por agências lotéricas, bem como a qualidade de seu atendimento, no caso o atendimento diferenciado aos casos já citados.

Ao aprovar o projeto, a Assembléia Legislativa conferirá maior precisão ao CDC, desta forma intimidando os prestadores de serviços das agências lotéricas de forma mais eficaz. Espera-se também, que uma vez convertido em lei, este projeto possibilite o aumento de postos de trabalho nos estabelecimentos por ela alcançados, e uma melhora significativa nos serviços prestados aos usuários destas agências.

PROJETO DE LEI Nº 325/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescentado ao inciso V do artigo 14 da Lei nº 14260/03 a isenção do IPVA aos veículos auto-

motores de propriedade de portador de deficiência auditiva, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Lei 14260/03, Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA, os veículos automotores:

V - de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física, visual, auditiva, mental severa ou profunda, ou autista.

a) é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20°, ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

c) é considerada pessoa portadora de deficiência auditiva aqueles que através de exame audiométrico realizado pela Comissão de Exames Especiais do DETRAN/PR enquadrarem-se nos itens 4 a 4.2.4 da Resolução nº 080/98 do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito;

d) o veículo automotor deverá ser adquirido diretamente pelo portador da deficiência física e, no caso dos interditos, pelos curadores;

e) adotar-se-á a definição dada no ato conjunto editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério da Saúde, de que trata o parágrafo 4º do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, na redação dada pela Lei nº 10690, de 16 de junho de 2003, para fins de conceituação de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, bem como as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas;

f) os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata o inciso V.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Quando da edição da Lei nº 14957/03, a qual concedeu o benefício da isenção do IPVA aos portadores de necessidades especiais, alterando a lei de regência do imposto (14260/03), mencionado benefício não foi concedido aos deficientes auditivos.

Assim, visando corrigir tal desigualdade, para fazer valer os preceitos constitucionais, faz-se necessário à concessão deste benefício aos portadores de deficiência auditiva.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 326/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Guilberto Mingueti, professor da Universidade Federal do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

PROJETO DE LEI Nº 327/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Kaiko - Centro de Estudos de Artes Marciais, com sede e foro em Londrina, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação Kaiko - Centro de Estudos de Artes Marciais, com sede na cidade de Londrina/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 9895 de 27 de dezembro de 2005, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, a mesma tem por objetivo a promoção da cultura e estudos das artes marciais, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e do meio ambiente; desenvolver projetos nas áreas de cultura, esporte, saúde, meio ambiente, educação e comunicação; promoção da assistência social, desenvolver trabalhos de cadastramento junto a famílias de baixa renda, arrecadar alimentos, fazer campanhas, buscar recursos junto aos órgãos municipais, estaduais, federais, empresas privadas e internacionais, conforme estatuto da entidade.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 328/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Executivo Municipal obrigado a consultar os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e

do Adolescente e Conselhos Tutelares dos Municípios, durante a elaboração de sua proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente nos municípios.

Parágrafo Único. A consulta aos Conselhos será oficial e por escrito no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do envio da proposta ao Poder Legislativo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Tutelar tem, dentre suas atribuições fundamentais previstas no artigo 136, inciso IX do estatuto: *assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.*

A forma mais indicada de apresentar suas propostas é através da construção conjunta com os Conselhos dos Direitos.

Os Conselhos dos Direitos são os órgãos previstos nas esferas municipal, estadual e nacional, que devem atuar na formulação e no controle da execução das políticas que asseguram os direitos de crianças e adolescentes; o Conselho Tutelar é órgão exclusivamente de âmbito municipal, que zela pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente e atende os casos concretos de ameaça ou de violação desses direitos definidos na lei.

É também atribuição do Conselho promover o Orçamento Criança, que consiste no monitoramento de todos os recursos orçamentários destinados à criança e ao adolescente em todas as secretarias e órgãos municipais.

Os recursos são fundamentos para a implementação das ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Formular políticas sem o suporte financeiro pode se transformar em exercício de ficção. Daí a importância do Conselho integrar suas diretrizes e propostas tanto no Plano Plurianual - PPA, como na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e seu Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na proposta orçamentária a ser enviada ao Poder Legislativo, gerenciando para que os valores apresentados sejam aprovados. Isto deve ocorrer em sintonia com o Conselho Tutelar, que tem atribuição de assessorar o Poder Executivo Municipal (artigo 136, IX do ECA).

O artigo 88, VI do ECA, o qual, ao lado da municipalização, sedimentou como diretriz básica da política de atendimento à criança e ao adolescente a mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade, o que demanda do Conselho Tutelar a articulação das ações necessárias para moldar sua atuação às peculiaridades da realidade social em que está inserido.

Segundo a lei, no âmbito municipal, o processo de mobilização da sociedade na discussão do orçamento

anual junto aos Poderes Executivo e Legislativo deve desenvolver-se, prioritariamente, via Conselho Tutelar (artigo 136, inciso IX do ECA) e municipal dos direitos da criança e do adolescente.

O objetivo final é garantir locação orçamentária de recursos junto à Lei de Orçamento Anual do município para viabilizar a efetivação de projetos ligados à defesa dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase nos programas sócio-educativos em meio aberto.

Em reforço, o comando contido no parágrafo único do artigo 4º do ECA confere à população infanto-juvenil garantia de *prioridade absoluta* mediante a *destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude*.

Uma vez assegurada em lei a rubrica orçamentária para o fim colimado, devem os Conselhos Tutelares e Municipal de Direitos, fiscalizar a efetiva destinação dos recursos previamente alocados, durante todo o exercício seguinte, lançando mão, caso necessário, dos instrumentos do inquérito civil e da ação civil pública em caso de malversação das verbas. Aliás, somente em um contexto verdadeiramente democrático se viabiliza a legítima ingerência pró-ativa dos Conselhos nos orçamentos municipais, no que diz respeito à garantia de verbas destinadas às iniciativas vinculadas aos direitos e interesses das crianças e do adolescente que por dever de ofício está obrigado a resguardar.

No que concerne à competência para legislar sobre a matéria, trazemos à colação, as lições de José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do estado federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à união caberão aquelas matérias e questões de predominantemente interesse geral, nacional, ao passo que *aos estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos municípios conhecerem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não lograra conceituação satisfatória num século de vigência.* (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., São Paulo, Malheiros, 1993, p. 418).

O interesse local caracteriza-se pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o município, em relação ao do estado e da união. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexivamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau e não de substância. (Hely Lopes Meirelles, Diretor de Construir, 6ª ed., Malheiros, Direito/1993, p. 120).

Este, inclusive, o entendimento expressamente manifestado pelo STF no julgamento da ADIMC nº 2477/PR, no qual, afastando-se a existência de inconstitucionalidade fundamentada na usurpação de competência privativa municipal para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, I, da CF/88).

PROJETO DE LEI Nº 329/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do estado do Paraná, o Programa Uma Criança, Uma Árvore, a ser implementado a cada nascimento, em maternidade ou hospital da rede estadual de saúde ou entidades conveniadas.

Art. 2º No ato da entrega da Declaração de Nascimento Vivo, será entregue ao pai ou mãe da criança, uma muda de árvore, frutífera ou não, a ser plantada como colaboração com o meio ambiente.

Art. 3º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a disponibilizar as mudas para atender o programa de que trata esta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva colaborar com a preservação e ao mesmo tempo despertar a consciência dos cidadãos para a importância da arborização nas cidades.

O Paraná sai na frente para não deixar que a população fique alheia a um aspecto de vital importância para as gerações futuras, que é o cuidado e preservação com o meio ambiente. Com o mundo inteiro tentando achar uma maneira para o aquecimento global, o estado do Paraná vem tentando fazer a sua parte.

Este projeto também se apresenta como de destacada importância em razão de sua natureza pedagógica, de estimular nos pais o sentimento de amor pela natureza e de cultivar o desejo que nossas cidades sejam a cada dia mais arborizadas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população.

PROJETO DE LEI Nº 330/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia da Segurança, a ser comemorado no dia 23 de outubro em todo o estado do Paraná.

Art. 2º Neste dia as empresas industriais, comerciais, de serviços, sindicatos, escolas públicas e privadas e entidades classistas, promoverão eventos para discussão sobre conscientização e prevenção da segurança no trabalho, no trânsito e em geral.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

São 118 anos passados desde quando milhares de trabalhadores foram às ruas de Chicago, maior centro industrial dos Estados Unidos, protestar contra o trabalho desumano nas fábricas, principalmente nas tecelagens. A reação do patronato, com o apoio das forças policiais, foi violenta. Muita gente presa, muita gente ferida e 8 líderes sindicais mortos.

Três anos depois, a Internacional Socialista criou o Dia Mundial do Trabalho, numa assembléia em Paris. De lá para cá os trabalhadores nunca deixaram de lutar por redução de jornada, salários dignos e condições humanas de trabalho. Entre as condições humanas de trabalho estão a segurança do trabalho, segurança da vida humana, segurança no trânsito.

Para isso, duas coisas são importantes: prevenção e conscientização. Esses são os objetivos deste projeto de lei, tornar obrigatório que as empresas, sindicatos e entidades classistas promovam debates sobre a segurança em todos os seus aspectos. Segurança do cidadão como família e individual, segurança no trabalho, segurança no trânsito. Tudo precisa ser discutido em busca de novas soluções.

Assim, busco o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 331/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, situada a R. Professor Estanislau Kuratkovski, 70 - Nova Laranjeiras/PR, fundada em 07 de dezembro de 2005, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo, tem por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 452 de 27 de março de 2006.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 332/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a organização denominada Rede de Mulheres Negras do Paraná, fundada em 05 de fevereiro de 2006, na cidade de Curitiba, com sede e foro neste município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Esta organização foi fundada em 5 de fevereiro de 2006, denominada Rede de Mulheres Negras do Paraná, está situada na R. Isaac Ferreira da Cruz, 4483, casa 14, no bairro do Sítio Cercado. De natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Curitiba, neste estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.373.398/0001-13, desenvolve atividades na abrangência de promover a ação política de mulheres negras paranaenses, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e todas as formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade mais justa.

A Rede de Mulheres Negras do Paraná vem demonstrando, desde sua fundação, ser uma entidade responsável, organizada e combativa, realizando vários eventos em prol da comunidade curitibana e por isso, achamos que devemos declará-la de utilidade pública, e assim esta poderá fazer uso da força da lei.

Certa de que estamos contribuindo para organizar a sociedade e por se tratar de uma proposta com grande alcance social e humanitário esperamos de todos os nobres Deputados e Deputadas à compreensão e o apoio para aprovação deste projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Teruo Kato.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de retirar o meu requerimento, que eu fiz na última Sessão, de voto de repúdio ao ato do Secretário Chefe da Casa Civil Rafael Iatauro devido a declarações do Sr. Secretário em toda a mídia e em toda a imprensa, pedindo desculpas ao Parlamento.

Aceitamos as desculpas do Sr. Rafael Iatauro e estou retirando o voto de repúdio, pelo menos nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado e retirado a pedido do autor.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

(**Lê**)

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Paranavaí hoje está em festa. Aliás, a festa começou ontem na Vila Capanema e continuou hoje em nossa cidade. O ACP - Atlético Clube Paranavaí, que há dias atrás mereceu uma moção desta Casa, por ser o campeão do interior, se consagrou ontem o campeão do Paraná.

Vestindo a sandália da humildade, imbuído do espírito de união e respeitando todos os adversários, o “Vermelhinho”, como é carinhosamente chamada a equipe do Paranavaí, conquistou ontem o mais importante título do futebol paranaense.

O título não orgulha apenas a cidade de Paranavaí, mas todo o noroeste, e por que não, todo o interior. Há décadas, o título de Campeão Paranaense não ia para uma equipe do interior do estado. Trata-se, portanto, de um marco no futebol paranaense.

Uso esta tribuna para cumprimentar a diretoria, a comissão técnica e os atletas do ACP pela conquista do título. Mas não poderia deixar de fazer um cumprimento especial à torcida do “Vermelhinho”, que creditou e incentivou o time. Ontem, foi a grande demonstração disso, quando centenas de torcedores de Paranavaí e de toda a região lotaram a área reservada no estádio para o time visitante. A alegria do ACP contagiou toda a região.

Senhoras e senhores.

Acredito que este fato merece uma reflexão. No mínimo podemos dizer que temos que olhar o interior com uma nova perspectiva. Mostramos que no interior temos planejamento, determinação e garra. Temos conhecimento e temos talentos, no futebol e em várias outras áreas.

Sabemos tirar o alimento da terra, mas conhecemos também a tecnologia. Muitas vezes, os recursos são poucos, mas a boa vontade, a determinação, fazem da população do interior uma população especial.

Temos lideranças políticas, temos idéias, boas idéias, temos competência. E temos a consciência de que quando se trabalha com foco, com objetivos e metas definidas, conseguimos atingir os objetivos. Muitas vezes superar e surpreender, como mostrou o ACP.

Queremos ser reconhecidos por isso.

Temos um futebol alegre e um povo trabalhador. Um povo que vai promover a transformação do nosso estado e do nosso país, porque é o interior que alimenta

as cidades, garante superávit na balança comercial e aquece a economia. O fortalecimento econômico vem do interior para as capitais.

Que este título do glorioso ACP, que não perdeu nenhum jogo para os valentes times da capital em todo o campeonato, mereça uma reflexão mais profunda.

Não queremos ser apenas o campeão do futebol, mas, sim, campeões em assistência à infância, ao idoso e a mulher, em oportunidades de trabalho, em saúde, em qualidade de vida, e, principalmente, em educação de nossas crianças e de nossos jovens.”

Muito obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Pinhais, Osmar Nunes Cardoso e do funcionário Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero registrar a presença do nosso companheiro, ex-Vereador de Curitiba, Deputado Federal eleito também por Curitiba, há 4 anos, e hoje Presidente da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. É um privilégio recebermos o Dr. Samek.

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiro quero, cumprimentar o Deputado Teruo e toda a região de Paranavaí pela vitória de ontem. Para nós paranistas, embora tenhamos saído frustrados com o resultado, entendemos que um dos dois times sairia dali com o título de Campeão do Estado do Paraná e coube ao ACP essa brilhante conquista. Então, parabéns a toda cidade de Paranavaí e ao senhor que representa aquela região.

É óbvio que eu gostaria de vir aqui, hoje, de uma forma diferente - eu e outros 17 mil que estivemos no estádio, ontem, mas não foi possível. Vamos aguardar para quinta-feira. Talvez salvemos a lavoura lá no Paraguai.

O motivo que me traz aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é outro bem diferente. Nesta semana, foi registrado o fato de, há 10 anos, a Companhia Vale do

Rio Doce ter ido a leilão e ter sido arrematada num processo de privatização.

(Lê):

“Histórico. Os Acordos de Washington

Na década de 40, a Vale do Rio Doce foi criada, durante a 2ª Guerra Mundial, para cobrir a demanda da Inglaterra e dos EUA por minérios de ferro para a fabricação de armas. Nos chamados Acordos de Washington, firmados no dia 03 de março de 1942, em Washington, o governo britânico transferiu ao governo brasileiro o controle das jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore, substituída pela Vale. E o governo estadunidense se comprometia a um financiamento no valor de US\$ 14 milhões.

Para tanto, o Tesouro Nacional - diga-se, o povo brasileiro - indenizou os acionistas da empresa inglesa Itabira Iron Ore e da estrada de ferro Vitória-Minas que antes controlavam as minas.

Os Estados Unidos *nos exigiram, em contrapartida, a cessão das bases do nordeste para as operações das forças norte-americanas e o envio de tropas brasileiras para a guerra na Europa. Ali perdemos vidas valiosas (...) não investimos na Vale somente os recursos do erário; investimos em sangue* (Mauro Santayana, Agência Carta Maior, 2005).

Década de 50. O governo brasileiro assume o controle definitivo do sistema operacional da Vale do Rio Doce. A diretoria passou a ser somente brasileira. A partir de 1954, a Vale apresenta lucros constantes, todos os anos, sem causar prejuízos ao Tesouro Nacional.

Década de 70. A companhia se torna a maior exportadora de minério de ferro do mundo. A CVRD é levada pelo governo brasileiro rumo ao norte do país.

Década de 90. Em 1995, a CVRD é considerada pelo Instituto Brasileiro de Economia a primeira empresa no ranking nacional. Ainda assim, no mesmo ano, é incluída no Programa Nacional de Desestatização, assinado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, um processo gerido pelo BNDES.

A Vale do Rio Doce para os brasileiros

Segunda maior mineradora do planeta e segunda maior empresa brasileira depois da PETROBRAS. Maior produtora de ouro da América Latina, com novas jazidas descobertas há pouco tempo. São muitos os títulos alcançados pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a empresa foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND e foi vendida no dia 06 de maio de 1997.

Vendida por apenas R\$ 3,3 bilhões, um valor questionado na justiça em mais de 100 ações populares. A venda incluiu as duas maiores ferrovias do país e 257 mil km2 de preciosos minérios no subsolo. Em maio de 1997, o governo FHC entregou tudo isso por apenas R\$ 3,1 bilhões. Foi um verdadeiro roubo. A Vale do Rio Doce era a “pérola da coroa” que o capital internacional queria, e o governo entregou.

Quem comprou? Ninguém sabe quem é o verdadeiro dono, pois a empresa foi entregue a um consórcio tendo o BRADESCO como um dos participantes. Mesmo se fosse só ao BRADESCO, seria uma vergonha entregar o patrimônio do povo para um banco.

Além de controlar nossos minérios, o lucro da Vale do Rio Doce, de cerca de R\$ 10 bilhões por ano, fica com setores privados no Brasil e no exterior (uma riqueza que é pulverizada na bolsa de Nova Iorque).

Um leilão que não se encerrou

Nem todo mundo sabe, mas atualmente existem mais de 100 ações populares contra o leilão que, em 97, retirou das mãos do estado o controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce. Em outubro de 2005, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou que 69 dessas ações não seguiriam arquivadas em Belém/PA, onde não foram devidamente apreciadas. A decisão do TRF de Brasília, além de “ressuscitar” as ações populares, pretende apurar se houve vícios no edital de venda e se a empresa foi subavaliada na época. Nesse momento, cabe recursos aos réus nas ações, que, entre 15 nomes citados, são o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a União e o BNDES, entre outros. O dia 6 de maio deste ano tem uma importância histórica, porque, passados 10 anos, os movimentos sociais contam com a possibilidade jurídica e real para reverter o leilão da companhia. Agora que o judiciário de Brasília sinalizou que as ações populares não podem seguir arquivadas. Mas isto depende da pressão sobre o governo e o judiciário, principalmente para que o governo Lula finalmente se posicione sobre o assunto.

Mais algumas informações sobre a Vale

A Companhia Vale do Rio Doce é a maior exportadora de minérios de ferro do mundo, também a maior exportadora brasileira, garantindo 39% do comércio do Brasil com o mundo. Nos anos anteriores, o crescimento da CVRD chegou a causar espanto: em 2006, a companhia atingiu o lucro recorde de R\$ 13,4 bilhões, superando os R\$ 10,4 bilhões de 2005, bem como a sua receita teve um aumento de 32,2% comparando com o ano anterior.”

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

Os bons resultados da Vale não são novidade. Registros históricos apontam que a Vale é lucrativa desde 1954, Deputado Pugliesi, o senhor que foi um Deputado que por diversas vezes, aqui, nesta tribuna, fez defesa do patrimônio nacional, deve obviamente ter acompanhado toda essa história recente da Vale e é sabido que a Vale foi mais do que uma venda, foi uma entrega, que pode comprometer todo o futuro de um país, porque estamos não apenas entregando reservas estratégicas, estamos entregando o metal e recebendo de volta, muitas vezes, esse metal beneficiado a um custo muito mais alto.

“Este resultado já era calculado antes da venda da Vale, em 97. Naquele ano, por exemplo, o geólogo Francisco F. A. Costa, publicou um artigo do Diário do Pará que nos dá pistas sobre os motivos por que o governo FHC incluiu a companhia no Programa Nacional de Desestatização - PND. *A lucratividade da Vale aumentará muito no futuro próximo, devido a dois fatores: liquidação da dívida de Carajás e abertura de grandes e lucrativas minas de ouro. Este aumento de lucratividade, resultado de décadas de administração competente sob regime estatal, será mentirosamente atribuído à privatização.*

Desde a sua venda, a meta da companhia passou a ser a distribuição de lucros em forma de dividendos para os acionistas na Bolsa de Valores. Neste sentido, novamente a Vale atinge o topo do ranking: é a maior do mundo neste quesito. Entre 2001 e 2005, a empresa distribuiu R\$ 11, 4 bilhões em dividendos, o que significa 4 vezes o valor da privatização.

Como consequência, a política da companhia de redistribuir os lucros privilegia os capitalistas internacionais. A Vale possui 65% do seu capital preferencial concentrado nos acionistas estrangeiros. É um tipo de dinheiro fragmentado na Bolsa de São Paulo ou de Nova Iorque. O que, nesse sentido, acaba definindo a forma de atuar da empresa (Adital, 25/04/06).

Como informa o documento assinado pela Desembargadora Selene Maria de Almeida, que reabriu as ações contra a desestatização da Vale: *A Companhia Vale do Rio do Doce investiu, nos 16 anos que antecederam a sua privatização, US\$ 16 milhões em infra-estrutura, creches, escolas, hospitais, rodovias, distritos industriais e recuperação do patrimônio histórico.*

“Agência governamental de desenvolvimento econômico”, esta era uma das classificações que a Vale recebia antes da sua desestatização, pois ela cumpria o mesmo papel, por exemplo, que a mineradora estatal CODELCO cumpre atualmente no Chile: render divisas para o país e servir de fonte de investimentos para o país.

Estudos realizados na época da privatização da Vale revelaram que o patrimônio da companhia era calculado em R\$ 92,64 bilhões: 28 vezes o valor pela qual foi vendida. Quando foi privatizada, a Vale já era uma das maiores empresas estatais do Brasil, a maior exportadora mundial de minério de ferro.

Diante deste quadro social, político e econômico as pastorais e movimentos sociais, CIMI, MST, Movimento de Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, Marcha Mundial de Mulheres, Central de Movimentos Populares, Central Única dos Trabalhadores, Grito dos Excluídos, Condutas e Coordenação dos Movimentos Sociais estão convocando o plebiscito popular que será realizado na Semana da Pátria de 2007 e culminará com o 13º Grito dos Excluídos.

Plebiscito Popular

O processo educativo do plebiscito popular, tocará diversos aspectos relacionados com a boa governança do

Brasil: a soberania do país, seus bens naturais, as finanças públicas, o setor mineral, estratégico para o desenvolvimento soberano e solidário do Brasil, as dívidas, o papel do BNDES, o meio ambiente e a ética.”

Vale lembrar, Deputado Belinati, que ontem nos jornais a Vale se manifestava através do seu Presidente, que deverá fazer em breve investimento em grandes usinas a carvão. Quando o mundo todo está preocupado com redução em grande número, a Vale investe surpreendentemente na produção de energia através do carvão. Carvão este que terá que ser importado, porque não temos em quantidade suficiente para aquilo que pretende a Vale.

Assim, estaremos no Paraná lançando o plebiscito popular, pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce. A campanha pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce, o Comitê do Paraná convoca as pessoas, os movimentos sociais, as organizações, entidades e movimentos estudantis, para o lançamento do plebiscito popular pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce. Essa reunião acontecerá na próxima quarta-feira, dia 9 de maio, no auditório da Biblioteca Pública do Paraná. Será realizado esse plebiscito nacionalmente nos moldes do plebiscito contra a ALCA, que em 2002 juntou 10 milhões de votos e teve importante saldo político.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero no dia de hoje deixar registrado, aqui, que nesses 10 anos do leilão da Vale, os movimentos sociais continuam resistindo. Continuamos entendendo que o que ocorreu no processo de desestatização e de privatização foi mais do que a venda de uma companhia, foi a venda de uma parte do futuro do nosso país. A venda de uma parte de um futuro que pode transformar o nosso país em um país soberano ou fazer com que nós continuemos sendo um país subalterno, que sempre faz com que a sua política seja ditada por interesses externos, por interesses, inclusive, que não são os interesses da maioria do nosso povo.

Nesse sentido, mais uma vez, quero fazer aqui o convite para que todos nós estejamos dia 09 na Biblioteca Pública, nesse que será um marco também da resistência contra a venda da Vale do Rio Doce e para que nós tenhamos o julgamento do processo que pede a reestatização do processo que foi feito com a desestatização da Vale, seja julgado em Brasília.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, e Srs. Deputados.

Peço permissão a V. Exas. para iniciar o meu pronunciamento fazendo uma pequena apresentação pessoal

que acredito que seja de grande importância neste momento, como fiz durante toda a minha campanha no ano passado.

Senhoras e senhores, meu nome é Marcelo Rangel Cruz de Oliveira, tenho mais de 30 anos, desses, mais de 20 dedicados ao rádio. O mais velho dentre 4 irmãos: Sandro Alex Oliveira, advogado e empresário; Zeila Oliveira, advogada e empresária; Giovana Oliveira, médica e empresária. Nasci e fui criado em Ponta Grossa e sou formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Meus pais, Nilson de Oliveira, profissional da comunicação há mais de 47 anos, e dona Maria Luiza, também exercendo a profissão de radialista. Sou de origem humilde e me orgulho muito disso. Nunca fui candidato a nenhum cargo público e hoje sou Deputado Estadual, e só estou aqui porque 51 mil, 868 pessoas conhecem a nossa história em Ponta Grossa.

Sr. Presidente, fiz essa pequena apresentação, de extrema necessidade, neste dia tão importante na minha trajetória política, pois nesse último mês a minha vida e a vida da minha família foi investigada e vasculhada minuciosamente, tentando talvez, no desespero e de todas as maneiras, me intimidar com ameaças e me pressionar a não publicar o documento que recebi do Tribunal de Contas. Mas, Sr. Presidente, nunca vou me acovardar, não sou homem de acertos escusos, o desafio move a minha vida e eu não vim aqui para passear, tenho um trabalho que não é fácil, mas carrego a responsabilidade de ser representante de todos os cidadãos paranaenses e não vou decepcioná-los.

Senhoras e senhores, é com grande tristeza que eu anuncio à imprensa, aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa e a todos os cidadãos, que houve mau uso dos recursos públicos dos anos de 2005 e 2006 por parte da Secretaria de Comunicação Social do Estado do Paraná.

Senhoras e senhores, milhões de reais foram utilizados de forma irregular, sem critérios técnicos, sem medidas, em uma verdadeira farra descontrolada de distribuição do dinheiro público a belprazer. Como Presidente da Comissão de Comunicação da Assembleia Legislativa é meu dever comunicar ao povo, através desta tribuna, à imprensa do Paraná, que julgo ser a mais prejudicada por ter sido tratada com desprezo por agentes públicos - informar também ao Poder Judiciário e tomar as medidas cabíveis na Assembleia Legislativa para o ressarcimento do erário público, bem como a punição exemplar dos responsáveis.

Num trabalho minucioso, profissional, Sr. Presidente, digno de todo o louvor, o Tribunal de Contas do Paraná me enviou informações completas referentes aos gastos com publicidade nos anos de 2005 e 2006, indicando os meios de comunicação, as agências de publicidade e os trabalhos, entre aspas, realizados nesses anos, o que foi fundamental para que eu pudesse investigar e fazer esta afirmação contundente sobre os erros inadmissíveis cometidos pela Secretaria de Estado.

Desde o primeiro dia quando fiz o requerimento aqui nesta Casa, quando pedi as informações ao governo e que me foi negado, mesmo sem saber qual seria o teor desse documento, afirmei que iria torná-lo público, mesmo porque, Sr. Presidente, isto é lei, está previsto na Constituição Estadual que o governo deve prestar contas dos gastos publicitários em Diário Oficial, semestralmente, lei esta que nunca foi cumprida.

Em respeito ao Poder Legislativo, antes de tomar qualquer decisão, qualquer resolução, eu reuni todos os Deputados para mostrar a eles os dados e por isto eu quero agradecer aos Parlamentares que, corajosamente, me ajudaram a aprovar o requerimento de minha autoria ao Tribunal de Contas, por apenas um voto de diferença. Vocês orgulham este Parlamento, e mesmo os nobres colegas da Bancada da Situação que não sabiam na ocasião das irregularidades e que hoje também estão entristecidos e são solidários ao nosso trabalho, muito obrigado, Srs. Deputados. Eu não tenho mais dúvidas de que a nova fase na história da política realmente está começando.

Neste momento, passo ao nosso Parecer.

§ 1º - Da seriedade. Ficou constatado de forma clara, inequívoca, que 99% dos veículos de comunicação de massa no estado do Paraná são sérios, idôneos e honestos - infelizmente existem raras, mas gritantes exceções que desonram a classe jornalística do estado. Também ficou visível de que a máxima proferida várias vezes de que a imprensa prejudicou o governo não é verdadeira e sim o contrário, a Secretaria de Comunicação é que prejudicou os órgãos de imprensa no nosso estado.

§ 2º - Ficou constatado de forma clara, inequívoca, dando, inclusive, Sr. Presidente, a oportunidade do contraditório ao Sr. Secretário Airton Pissetti para que ele pudesse nos passar as informações necessárias. E hoje posso afirmar que não houve critério técnico algum para aplicação dos recursos públicos nos meios de comunicação.

Senhoras e senhores, mesmo tentando entender as intenções do Secretário, eu não consegui identificar quais foram os critérios adotados que levaram, por exemplo, a Secretaria de Estado a gastar cerca de R\$ 3 milhões em 2 períodos em um site de internet com notória limitação, sendo que no mesmo período redes de TV de audiência incontestável, jornais de renome em circulação estadual, emissoras de rádios tradicionais nada receberam. E aqui gostaria de abrir um parêntese: dizem que no futuro a internet vai substituir praticamente todos os meios de comunicação: a TV, os rádios, os jornais. No estado do Paraná isso já ocorreu, pelo menos no que diz respeito a faturamento.

§ 3º - Transparência

A impressionante disparidade de valores entre os dados considerados oficiais divulgados na internet, na prestação de contas considerada transparente, a Secretaria da Comunicação gastou R\$ 19 milhões em 2006. E pouco mais de R\$ 60 milhões em 2005. Sendo que pelo relatório final do TC, que eu recebi o valor acima dos 50

milhões em 2006, destes 98,19% de todos os gastos foram realizados antes da campanha eleitoral. E em 2005 os gastos ultrapassaram os R\$ 100 milhões. Também é importante salientar que a previsão orçamentária para 2006 era de apenas R\$ 13 milhões. E ainda com um agravante: na internet existem gastos com viagens, cartões corporativos no valor de mais de R\$ 300 mil, jantares, material de limpeza, telefones celulares, hotéis, etc. No meu relatório isso não consta. No relatório que estarei entregando à imprensa só estão registrados os gastos diretos com propaganda. Supõem-se, então, Sr. Presidente, que temos que somar os 2 relatórios, podendo chegar a mais de R\$ 70 milhões.

Hoje mesmo nesta Sessão estarei apresentando requerimento pedindo a retirada do ar do site do governo, do site considerado transparência, por induzir ao erro, o que pode se tornar inclusive objeto jurídico.

§ 4º - Senhoras e senhores, esse relatório possui também um parecer com o seguinte texto. Isso é o parecer do Tribunal de Contas: *Em face do excessivo valor gasto com o site de internet Hora H, tanto em 2005 quanto em 2006, totalizando respectivamente R\$ 1 milhão, 208 mil e 85 centavos e R\$ 1 milhão, 471 mil e 865, essa inspetoria iniciou processos distintos de comunicação de irregularidades, por entender que os gastos autorizados pelo Secretário de Estado da Comunicação Social são anti-econômicos. O objeto destas comunicações são as publicações de atos oficiais... - esses valores passei agora são de atos oficiais... - são as publicações de atos oficiais em duplicidade ou multiplicidade de veículos incluindo o Hora H, o qual como se procurou demonstrar não é meio eficaz para fazê-los, uma vez que é um tablóide de restrita circulação e desta forma, não traria efetividade às publicações oficiais nele veiculadas.*

Agora, prestem atenção, senhoras e senhores: pede-se o ressarcimento ao erário, dos valores gastos com estas publicações e ainda sugere-se multa e sanções previstas em lei ao agente que autorizou os gastos, nesse caso, Secretário Airton Pissetti. Com relação a esse parágrafo, quero dizer que o site Hora H, talvez por saber o que poderia vir, tentou me desqualificar nesta semana, dizendo que eu estou legislando em causa própria e que no governo Jaime Lerner, a Rádio Central que, segundo a reportagem, seria de minha propriedade, o que é mentirosa a afirmação, recebeu R\$ 95 mil.

Só preciso informar a este Blog do governo, a esse "Orkut chapa branca", que a minha família adquiriu a emissora em 2004, em leilão público e eu tenho os documentos aqui e na época citada, a emissora pertencia a outro empresário e nós não tínhamos ligação alguma com a empresa, ou seja, além de estar envolvido num escândalo, o site da internet está com a sua credibilidade também sob suspeita, o que lhe poderia render um belo processo, mas eu não farei isso.

O Tribunal de Contas reprova os gastos excessivos e pede ressarcimento das verbas do Paraná Legal, mas esse mesmo órgão que eu estou citando aqui, recebeu

ainda mais, através da A Comunicação e das verbas diretas e indiretas, alcançando cifras astronômicas. Com todo esse dinheiro, essa empresa poderia fazer cópias da Carta de Puebla e distribuir para o estado do Paraná inteiro.

§ 5º Dos gastos dos intermediários.

A Secretaria da Comunicação Social conseguiu a proeza de gastar mais em produção do que em divulgação em redes de TV. Nos 2 períodos analisados, o Governo gastou 44 milhões em produção de comerciais e mídias não convencionais, 39 milhões em redes de TV e 44 milhões para produzir os comerciais, ferindo todos os princípios básicos da publicidade, onde se prega que os custos de produção não devem ultrapassar 10% do custo da divulgação, e em qualquer lugar do mundo, é inquestionável que as grandes redes de TV ficam com a maior parte do bolo publicitário. Aqui no Paraná é diferente! As mídias não convencionais recebem mais e produção, como por exemplo, os comerciais do Repórter nas Estradas, que recebeu mais verbas do que as próprias geradoras de TV e rádio!

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. permite um aparte?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Antonio Belinati, vou concluir e terei o máximo prazer de dar aparte a V. Exa.

§ 6º Dos absurdos

Analisando o relatório, observam-se gastos inaceitáveis, como é o caso da organização de passeios ciclísticos e superfaturados e pagos 3 vezes para agências diferentes, sobre o mesmo evento. Cento e cinquenta mil reais em passeio ciclístico, e pagaram 3 vezes. Jantares em restaurantes onde as agências receberam comissão, senhoras e senhores. Eu nunca vi isso na minha vida, agência de publicidade receber comissão de restaurante! Dos gastos inacreditáveis com reimpressão.

Srs. jornalistas, prestem atenção neste termo “reimpressão”. Esse tema aparece diversas vezes no relatório com preços exorbitantes. Atentem para o número de adesivos, camisetas brancas, bonés brancos e chaveiros que são dados, no mínimo, curiosos. Documentários de 15 e 7 minutos que custaram aos cofres públicos quase meio milhão de reais. Revistas de outros estados que receberam fortunas e muitas agora não aparecem nem no Google. Eu não consegui achar essas revistas nem na internet, nem em nenhuma reportagem, nem um colunista, nem uma matéria polêmica, não consta na internet o nome desses veículos. Também não achei na internet o nome de inúmeras produtoras que executaram os serviços para governo. Mas achei, sim, ações na justiça contra agências que não existiam e após 7 dias do edital de licitação, foram criadas e venceram pelo critério mais subjetivo que existe: criatividade. Deixaram de lado história, tradição, equipamentos, equipe, trabalhos realizados, enfim, algumas dessas empresas trabalhavam em coro, e hoje são agências que destinam o dinheiro para TV, rádio

e jornais, claro, muito mais para mídias alternativas, como sites.

Um anúncio numa TV comunitária recebeu verba do estado do Paraná, mas é uma TV comunitária de Brasília, não é daqui do Paraná, no valor de mais de R\$ 50 mil. O aluguel de um transmissor de FM por milhares de reais. Sou radialista, nunca vi ninguém alugar transmissor de FM por dias, 2 ou 3 dias. Na verdade, perdi a referência dos gastos depois de tanto analisar. Não sabia se R\$ 100 mil é muito pouco, perdi completamente a referência, tanto é que vi gastos com imagens brutas, por exemplo, no valor de R\$ 387 mil. Aí fiquei imaginando: deve estar certo! O governo tem que gastar com imagens. Mas brutas! São dezenas, para não dizer centenas de irregularidades!

§ 7º Das atitudes que serão tomadas

Como Presidente da Comissão de Comunicação estou protocolando hoje a convocação do Sr. Secretário Airtton Pissetti para dar esclarecimentos à Assembléia Legislativa e ainda, pela comissão, vou utilizar todas as prerrogativas concebidas por essa nova gestão e aqui vou salientar o trabalho do Sr. Nelson Justus - Presidente desta Casa, do 1º Secretário Alexandre Curi, porque só através desses novos poderes que as Comissões Permanentes possuem é que poderemos investigar ainda mais a fundo tudo isso.

Estou encaminhando novamente ao Plenário, requerimento para que a lei que está prevista na Constituição do Estado do Paraná seja cumprida, dando ciência ao povo do Paraná, através do Diário Oficial, dos gastos em publicidade, semestralmente. Estou encaminhando cópia, Srs. Deputados, ao Ministério Público, para que ações no Judiciário sejam tomadas. Estou pedindo, humildemente, ajuda dos órgãos da imprensa, para que de posse deste documento auxiliem o Poder Legislativo a investigar outras irregularidades.

Estamos, também, fazendo um convite ao Conselho do Tribunal de Contas, Sr. Fernando Augusto Melo Guimarães, que prontamente já se dispôs a vir até a Assembléia Legislativa para esclarecer dúvidas dos Srs. Parlamentares.

E mais: estou também encaminhando ao Exmo. Sr. Valdir Rossoni, Líder da Oposição, e encaminho também ao Exmo. Sr. Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, com humildade, estou enviando uma indicação, um documento de indicação para que os senhores analisem. Os senhores é que vão analisar. E peço aos Srs. Líder da Oposição e da Situação, que analisem o meu pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 8º e último: Do Trabalho

Nestes próximos 4 anos eu estarei para fazer o que tem que ser feito, mesmo que a pressão custe minha paz. Se Deus quiser, vou orgulhar minha família, meus amigos, minha cidade e meu estado.

Era isto o que tinha que falar nesta tarde.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado à Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente desta Sessão, no momento, Deputado Augustinho Zucchi; membros da Mesa; Deputadas e Deputados, senhoras e senhores.

Antes de abordar o tema sobre o qual pretendo falar, quero somente me solidarizar com o que escutei aqui, do Deputado Marcelo Rangel. Não falo nada oficial, mas sinto a posição dos meus companheiros de partido, conversando informalmente com eles.

Escutei há pouco a criação do comitê para anular a venda da Companhia Vale do Rio Doce, a segunda maior mineradora do mundo, brigando pelo primeiro lugar. Muito me entristece, além de considerar, pessoalmente, uma aberração da natureza alguém vir defender isto. A Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, as telecomunicações, foram vendidas há mais de 10 anos. Graças a Deus! Foi muito melhor para o Brasil. O Brasil mudou e estas empresas deixaram de ser cabides de emprego, passaram a ser mais eficientes, a dar lucro, a se posicionar no mundo, a gerar muitos impostos para o Brasil. E se o Brasil normatiza e fiscaliza, qual é o problema de elas executarem a extração de minério?

A normatização e fiscalização já é do governo. O governo não tem que executar. Isso não é coisa nem do século passado, e do atrasado, do tempo que Karl Marx escreveu um livro que não deu certo no mundo. São situações que vejo que alguém quer prejudicar o Brasil, alguém quer ir até a Vale do Rio Doce e extorquir dinheiro dela. Nós vamos mexer neste assunto, porque é um absurdo se falar nisto.

Não sou contra situações onde o governo tem empresas, mas, estes casos específicos, telecomunicações, quem se lembra do custo de um telefone? Hoje, não custa nada um telefone! Só para ter um telefone tinha que colocar no imposto de renda. Em muitas localidades do Brasil não havia telefone. Quem se lembra da CCN? Prejuízo todo ano, cabide de empregos e, agora, escuto uma aberração dessas.

Quero falar da minha surpresa com as palavras do meu colega Deputado Tadeu Veneri. Isso para mim é um retrocesso e o Brasil tem que caminhar para frente!

Muito Obrigado!

O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Imbituva, Celso Kubaski, que está fazendo uma adminis-

tração exemplar, e o aniversário da cidade de Imbituva e a feira de malhas. Quero agradecê-lo e a sua comitiva.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo Prefeito! Devidamente registrado!

Consulto à Liderança do PTB; PDT; PSDB.

(**Declinam**)

Consulto à Liderança do PP se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; Srs. componentes da Mesa; Sras. Deputadas; Srs. Deputados.

Gostaria, inicialmente, de registrar a presença do nosso companheiro Edson Camargo, Presidente do Partido Progressista no município de Guaratuba e, também do suplente de Vereador de Curitiba, nosso amigo Chico do Uberaba.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna, nesta tarde de segunda-feira, é mais uma vez, por incrível que pareça, a preocupação com a saúde pública do estado do Paraná.

Estive na última quinta e sexta-feira visitando os municípios de Piraí do Sul, Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho e Santa Mariana, na região norte do estado do Paraná. A reclamação em relação à saúde pública no nosso estado é generalizada. O que mais me chamou a atenção nessa visita que fizemos, foi o fato de que os leitos de UTI estão escassos no norte pioneiro do estado.

Existe uma Santa Casa equipada e bem preparada em Jacarezinho, porém em toda região, seja em Wenceslau Braz, seja em Siqueira Campos, enfim, em todos os municípios da região, quando um doente necessita da Unidade de Terapia Intensiva, no norte pioneiro do Paraná, os Diretores e os médicos dos hospitais recorrem à Central de Leitos e não conseguem vaga, não conseguem leito de UTI no hospital de Jacarezinho, sendo obrigados a enviar doentes do norte pioneiro para a cidade de Ivaiporã que fica a mais de 400 quilômetros.

Quatrocentos quilômetros de distância é o tempo que um doente que necessita de uma UTI, no norte pioneiro do estado do Paraná, tem que percorrer dentro de uma ambulância para receber um tratamento na Unidade de Terapia Intensiva. Isso é um absurdo!

O governo do Paraná, o Secretário da Saúde Dr. Cláudio Xavier, que é um médico a quem respeito, precisam tomar providências com urgência. Não é mais possível que a diferença entre a vida e a morte de um paciente possa se resumir ao tempo perdido nesses 400 quilômetros de estrada, meu caro Deputado Antonio Belinati.

Quero dizer mais, Deputado, o que se constata é que o governo do Paraná não está investindo os 12% que a Constituição estabelece na área de saúde. A Emenda Constitucional nº 029 estabeleceu que 12% da receita dos estados tem que ser gastas com assistência à saúde, porém na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa de Leis, constatei que o governo vem incluindo no cálculo desses 12% gastos com plano de saúde do funcionalismo, gastos com saneamento básico, que também significam saúde, mas que não se enquadram na Emenda Constitucional nº 029 porque não são gastos na saúde da população de baixa renda.

Então, o governo do estado, Deputado Belinati, o senhor sabe muito bem, saúde não se faz sem dinheiro, tem que ter dinheiro para fazer saúde pública. Dinheiro para contratar o médico, dinheiro para contratar a enfermeira, dinheiro para comprar o esparadrapo, o remédio, o equipamento moderno que se faz necessário.

O governo, para resolver esse problema, precisa ter sensibilidade social; precisa se comover diante dos mais humildes que morrem nas filas dos hospitais, diante das mães que se desesperam ao ver que seus filhos não têm sequer uma UTI neonatal. Nem mesmo a infância é atendida dignamente neste estado. O governo precisa se sensibilizar; gastar menos em coisas supérfluas, como relatou a pouco o nobre Deputado representante dos campos gerais, Marcelo Rangel, gastos desnecessários na área de propaganda, e gastar mais na saúde das famílias paranaenses que sofrem hoje com o descaso da Secretaria Estadual da Saúde do Paraná.

Concedo aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, Deputado Ney Leprevost, pelo entusiasmo, por essa vontade de melhorar a saúde pública do nosso estado.

Aproveito, V. Exa. mencionou o Secretário da Saúde. Nobre Deputado Ney Leprevost, estão tratando com chicote o servidor da área da saúde do estado. Estão judiando, maltratando. Quando a galeria está lotada de servidores da saúde, vemos discursos acalorados apoiando os servidores na questão da jornada de 30 horas, e, de repente, quando a galeria não está lotada, parece que o assunto é esquecido, é colocado em segundo plano.

Mas, continuo insistindo que o Secretário da Saúde está maltratando o pessoal da área da saúde porque está sendo autoritário. Está descontando do salário de um pessoal que já não ganha quase nada, está descontando de quem não está cumprindo a jornada de 40 horas.

Então, nossa crítica contundente a essa postura autoritária de um Secretário que fecha as portas e vira as costas para os servidores da área da saúde, que devem ser tratados com todo respeito e acima de tudo, deveria ser feita uma negociação, deveriam sentar à mesma mesa, dialogar, fazer o entendimento para chegar a um acordo.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço o aparte do nobre Deputado e concordo em gênero, número e grau com as suas colocações, bastante precisas, sobre o descaso em relação aos servidores da área de saúde.

Quero também, Deputado Belinati, já que estamos falando de saúde pública, relatar aqui que ontem o programa Revista RPC, da Rede Paranaense de Comunicações, filiada da Rede Globo no Paraná, fez uma matéria mostrando o drama que é enfrentado pelas pessoas que dependem de medicamento de uso contínuo. O Governador chamou para si a autorização desses medicamentos. Dizem até que já assinou uma autorização de gastos de 18 milhões para comprar os remédios. E aqui na Assembleia, vimos recentemente um verdadeiro festival de horrores que foi promovido aqui na frente, devido à tragédia em que se encontram os doentes que sofrem do Mal de Parkinson. Mas, o dinheiro até agora não chegou, Deputado Belinati, ou se o dinheiro chegou em algum lugar, os medicamentos não chegaram.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Na sequência, com muito prazer, Deputado Douglas Fabrício.

Ontem, a televisão mostrou os pacientes que sofrem de fibrose cística, que é uma doença que afeta vários órgãos do corpo. Esses pacientes que sofrem de fibrose cística estão desesperados, porque na farmacinha onde são fornecidos os medicamentos, já estão faltando, inclusive, medicamentos para o pulmão dessas pessoas.

Não é mais possível e não sei o que está acontecendo neste Estado. Não é mais possível, Deputado Douglas Fabrício, continuarmos assistindo a tanto descaso em relação à saúde.

Quero informar, Deputado Belinati, que encaminhei um ofício ao Secretário da Saúde, pedindo cópia de toda a documentação para a compra de remédio nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006. Estou curioso para saber qual foi o motivo que levou o Governador Roberto Requião a retirar das mãos da Secretaria da Saúde e assumir a responsabilidade pela assinatura das compras de remédio.

Peço um minuto para concluir, Sr. Presidente e cedo esse um minuto ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Ney Leprevost, quero parabenizar V. Exa., pela preocupação com a saúde pública do nosso estado, como membro e Presidente da Comissão de Saúde desta Casa.

Reforçar o convite para que V. Exa. nos acompanhe a Campo Mourão, neste final de semana, quando lá estaremos visitando a Santa Casa e olhando a saúde pública de Campo Mourão. Estive conversando com o

Secretário um dia desses, que assumiu o compromisso de estar conosco lá. Ele ainda não foi a Campo Mourão, que está precisando muito de recursos públicos para a saúde. Fizemos isso em Ponta Grossa e parece que esta já conseguiu receber os recursos devidos. Vamos fazer isso em Campo Mourão, depois Londrina e onde estiverem precisando, para que, com certeza, a Secretaria da Saúde Pública irá atendendo, conforme os Deputados forem pedindo.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Ressaltando, Deputado Douglas Fabrício, que o Secretário foi a Ponta Grossa e prometeu 38 novos leitos de UTI após a nossa visita da Comissão de Saúde e deu prazo de 60 dias para iniciar a liberação destes. Estamos contando esse prazo e estaremos cobrando a promessa que foi feita pelo Secretário de Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/ PL/ PRB/ PV; Bloco PPS/ PMN; Liderança da Oposição.

(Todos declinam)

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Liderança do governo. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, que aliás estão todas as 4 aqui, ativas, e Srs. Deputados.

Dizer que ouvi o pronunciamento do Deputado Marcelo Rangel, com a seriedade que ele merece. Reconheço que as palavras que ele empregou foram duras.

Eu li também o mesmo relatório e alguns dos Srs. Parlamentares possuem o mesmo relatório, que não têm aquelas conclusões que ele coloca. Estão aqui as considerações finais. Há um questionamento sobre a ausência de PADVs, que é a autorização para poder efetivamente veicular ou realizar uma despesa em propaganda. Isto cria uma irregularidade que é sanável na medida em que o Secretário da Comunicação Social possa realizar a assinatura que é necessária. O relatório, lido e feito pelo Deputado Marcelo Rangel, ele deu um parecer sobre o tema, é dele, é de autoria dele e não de autoria do Tribunal de Contas.

Então, é necessário chamar a atenção dos Srs. Parlamentares, porque ele leu um enunciado que não é do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas chega à conclusão, Deputado Péricles, sobre a questão específica que envolve a necessária autorização, através do PADV, e na falta da assinatura que, segundo me informou a Secretaria da Comunicação Social, está sendo realizada.

Então, quero dizer que, do ponto de vista da legalidade, parece que foi feito um procedimento licitatório,

havia orçamento das unidades administrativas autorizadas a proceder esse gasto, havia por parte da administração indireta, a sociedade de economia mista, também recursos e orçamento, todos eles feitos por um procedimento licitatório. Se irregularidades maiores existem, se alguma ilicitude houver sido cometida, é necessário, claro, que se apure, em função da falta do Deputado Marcelo Rangel.

Mas, quero registrar aqui que o documento do Tribunal de Contas relativo - aliás, Sr. Presidente, diga-se de passagem, o Tribunal de Contas cumpriu com exatidão, acima daquilo que se esperava, o pedido de informações formulado pelo Deputado Marcelo Rangel, porque foi requerido o relatório referente a 2006, e o Tribunal de Contas forneceu também o 2005.

Aliás, se formos verificar os gastos em propaganda do estado do Paraná, são muito importantes esses dados. Tenho aqui de 1995 a 2002. Em 1995, o Paraná gastou R\$ 32 milhões, 991 mil; em 1996, R\$ 53 milhões e 900 mil; em 1997, R\$ 116 milhões, 899 mil; em 1998, R\$ 134 milhões, 365 mil; em 1999, R\$ 39 milhões, 424 mil reais; em 2000, R\$ 52 milhões, 129 mil reais; em 2001, R\$ 75 milhões, 951 mil; em 2002, R\$ 71 milhões, 973 mil.

Então, na verdade, se verificarmos os gastos em 2006 e em 2005, estão abaixo da média do que foi gasto, e sabemos que comunicação social é fundamental para os governos. Não estou aqui, Deputado Rossoni, antes que V. Exa. se sinta atingido, não estou aqui, em absoluto, questionando os dados do governo anterior, mas eu creio que a comunicação social é fundamental. Se considerarmos, olha, estamos aqui discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem. O Paraná terá no ano que vem um orçamento de R\$ 18 bilhões e 300 milhões.

Os números, na verdade, gastos em propaganda, desde que cumpridas as formalidades legais, que realizadas as despesas de acordo com o que foi previsto no orçamento, no procedimento licitatório, observada a estrita legalidade, olha, a formação de juiz de valor de onde vão ser gastos os recursos que estão destinados à publicidade de propaganda, é claro, é um ato discricionário do administrador público, respeitado, é claro, o regramento legal e infraconstitucional que nós temos.

Por isso, quero dizer que a narrativa feita pelo Deputado Marcelo Rangel, é uma narrativa própria de um profissional.

Deputado André Vargas, nosso querido Deputado, sempre Deputado Estadual, hoje Deputado Federal, que nos visita nesta tarde, certamente o Presidente Lula - para lembrar aqui a quem está trabalhando junto com o Deputado André Vargas - o Presidente Lula neste ano, inclusive, está fazendo um grande investimento na área da comunicação social e são investimentos importantes, como tem feito, aliás, o Prefeito de Curitiba, Beto Richa.

Comunicação social é, seguramente, um investimento que todos os governos têm que fazer, porque afinal de contas é fundamental que o administrado, ou seja, que o cidadão tenha conhecimento, além dos atos oficiais, dos

editais, enfim, de todas as publicações, também o apoio a um conjunto de atividades realizadas pela sociedade civil organizada, e a comunicação cumpre um papel fundamental nesse processo, além, é claro, da publicidade, dos programas governamentais, das ações que o governo realiza, que, na minha avaliação, são fundamentais. Este ano mesmo tivemos uma forte campanha publicitária de combate à dengue, por conta, é claro, da temperatura incommon que tivemos no nosso estado, que acabou tendo que se mobilizar a sociedade, os governos, por conta especialmente do que aconteceu na região noroeste.

Estou colocando isto porque penso que o Deputado Marcelo Rangel, por conta da profissão que abraçou com paixão, como radialista, com preparo, formado em direito, uma pessoa que tem de fato uma condição de articular bem o vernáculo pátrio, ele seguramente pode pontuar e questionar e certamente acho que é importante que o Parlamentar cumpra este papel e certamente, naquilo que concordamos com ele, vamos estar encaminhando para poder eventualmente ser esclarecido, porque eu partilho da opinião que todo gestor público tem que estar prestando conta dos seus atos e não é diferente das ações feitas até hoje pelo Secretário da Comunicação Social.

Penso que é importante que tenhamos muita transparência nos atos públicos e penso que, embora o *animus narrandi* do Deputado seja extremamente possuído de sentimento, uma carga de emoção, efetivamente não é o que diz o relatório do Tribunal de Contas. Por isso que é só ler o relatório. As considerações finais falam única e exclusivamente da falta de assinatura dos PADVs que, claro, burocraticamente, está sendo realizado pela Secretaria da Comunicação Social.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço pela atenção.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSBD)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, não sei se não ouvi, mas o horário da Liderança da Oposição já passou? V. Exa. não abriria 2 minutos?

(Assentimento)

Primeiro, eu gostaria de fazer um convite aos Deputados da Oposição, a todos os Deputados que estiverem interessados em fazer Oposição nesta Casa, com a permissão do Presidente nós teremos uma reunião, logo a seguir, no Plenarinho desta Casa, Sr. Presidente, porque lá já tem as cadeiras, não há necessidade de ficar puxando cadeira como quando usamos a sala de V. Exa.

Segundo, Sr. Presidente, há um ponto que devemos nos ater - não quero nem entrar na questão do que foi levantado pelo Deputado Rangel aqui, com propriedade, Deputado Douglas - parte deste assunto foi assunto da Liderança da Oposição e dos Deputados de Oposição no ano passado, mas uma questão temos que nos ater, porque estamos começando a votar a LDO e daqui a pouco

vamos votar o orçamento do estado - veja, quando eu resalto aos Srs. Deputados para ficarem atentos ao que ocorre com a questão do nosso orçamento - disse aqui o Deputado Rangel que a verba orçamentária para comunicação era em torno de 16 ou 19 milhões e aí ele traz o relatório de 70 milhões - só quero chamar a atenção e encerro aqui a minha fala porque agradeço a compreensão do Presidente - veja, nós vamos aprovar o orçamento novamente, se tivéssemos observado quando aprovamos o orçamento e foi colocada uma emenda onde não autorizava o Governador a suplementar verbas, dotações orçamentárias, por decreto, estaríamos já sabendo quanto foi suplementado às verbas orçamentárias de comunicação.

Por esta razão, só quero que notemos - claro que tudo que ele falou é muito mais importante - mas o que não pode é esta Casa permanecer aceitando que o Governo governe por decreto! Se tivéssemos aqui nesta Casa o debate em cada suplementação, saberíamos de onde está saindo e para onde está indo, qual o recurso, qual o valor. Da segurança? Da educação? Porque qual a pergunta que teríamos que fazer, aqui, agora: esses recursos de comunicação saíram daonde? De qual secretaria? Por que não sabemos isso? Porque nós legisladores estamos incorrendo em erro, estamos abrindo mão das nossas prerrogativas e deixando com que o governo faça isso por decreto. Só me ative a essa questão, porque chegaremos daqui uns dias a votar o orçamento do estado, e quando estivermos votando o orçamento, certamente o governo estará aqui presente através do seu Líder, legitimamente, estará aqui reivindicando que não limitemos o valor a ser suplementado por decreto. E aí acontecem essas barbaridades que estão acontecendo no dia de hoje, fora as questões levantadas.

Me desculpe o Deputado Romanelli. Deputado Romanelli, sei as dificuldades, ele está com grandes dificuldades de trazer as explicações, e ainda incorre em mais um erro: deixa o Secretário Pissetti vir aqui, na Comissão de Fiscalização, de Comunicação, no plenarinho, na CCJ e vamos fazer uma audiência pública. Aí sim nós vamos esclarecer as questões.

Obrigado, Sr. Presidente e peço autorização para que as Oposições se reúnam no plenarinho.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 096/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a construção de cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Professora Rosilda de Souza

Oliveira no município de Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 097/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Vila Macedo, no município de Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 098/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando a instalação de um centro de saúde da mulher, no município de Rio Negro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 099/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando que seja implantada a rede de esgoto que atenda as ruas Emílio Mercuri e Ney Leprevost, no bairro Santo Inácio, no município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 100/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando a parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente com as prefeituras paranaenses, para a instalação e manutenção de recipientes de recolhimento de lixo reciclável. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 101/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando o recapeamento asfáltico da rodovia estadual que liga os municípios de Jaguariaíva e Wenceslau Braz, em toda sua extensão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 102/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando a instalação de um centro de saúde da mulher, no bairro São Braz, município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 103/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a construção de uma usina que transforme lixo orgânico em gás para energia em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 104/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo que a cirurgia transplante de medula óssea, seja realizada, também, na Universidade Estadual Maringá - UEM. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 105/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo o aumento do contingente de policiais e ronda ostensiva na zona rural do município de Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 106/07, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, reivindicando a criação da Subdivisão da Polícia Civil no município de Palmas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 107/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando a instalação de bibliotecas cidadãs nos municípios de Guaratuba, Piraí do Sul, Rio Negro e nos bairros São Braz e

Campo Comprido no município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Mamede, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1121, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando sua designação em missão oficial para representar esta Casa, no dia 23 do corrente mês, na visita do Vice-Ministro para italianos no Brasil, Exmo. Sr. Franco Danieli, na Sociedade Garibaldi, no município de Curitiba, quando estarão presentes os Deputados de origem italiana. À Comissão Executiva.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição de merenda diferenciada para alunos diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos matriculados nas escolas públicas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/07, de autoria do Poder Executivo - mensagem nº 008/07, que extingue a entidade autárquica serviço de loteria do estado do Paraná - SERLOPAR, vinculada a Casa Civil (extingue e remaneja cargos em comissão à Casa Civil). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 131/07**

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 131/07, oriundo da Mensagem nº 008/07 do governo do estado, objetiva alterar a redação originalmente proposta para o artigo 8º, conforme redação a seguir:

“Art. 8º Fica revogada a Lei nº 11272, de 21 de dezembro de 1995.”

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, EDGAR BUENO e DOUGLAS FABRÍCIO.

JUSTIFICATIVA:

Necessária a modificação da redação do artigo 8º para efeito de adequar o projeto de lei à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 095/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que estabeleceu as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

Dispõe a referida lei nacional que o dispositivo de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis, ou disposições legais revogadas. Não se admite, portanto, cláusulas genéricas de revogação legal.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 131/07, oriundo da Mensagem 008/07 do governo do estado, objetiva alterar a redação do seu artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º Ficam extintos os cargos de provimento em comissão vinculados à autarquia ora extinta.”

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, EDGAR BUENO, ANTONIO BELINATI, MARCELO RANGEL e DOUGLAS FABRÍCIO.

JUSTIFICATIVA:

Se o governo entendeu que deveria enxugar a máquina administrativa extinguindo uma autarquia, cuja finalidade era incompatível com a sua política de proibição do jogo de apostas no estado, não se justifica manter

os cargos comissionados a ela vinculados transferindo-os à Casa Civil, para utilização futura.

Ou, se já existe destinação e ocupantes para tais cargos, deveria o Poder Executivo justificar o fato e motivar seu ato, informando qual a função atribuída aos mesmos dentro da administração pública.

Sabe-se que a administração pública estadual é regida pelos princípios constitucionais da legalidade, economicidade e motivação entre os outros elencados no artigo 27 da Constituição Estadual.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública a Associação Filantrópica Comunitária - AFILAC, do Campo Comprido, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública o Centro Cultural Jhamayka, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Instituição Educacional de Tapejara - ICETAP, com sede em Tapejara e foro em Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/07, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Icaraíma, Distrito de Porto Camargo o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em Mensagens).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 130/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso).

Tendo em vista que estão preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual, inclusive o requisito da destinação específica, e tendo em vista que o destinatário da doação é pessoa jurídica de direito interno, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está de acordo com Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em sede de análise prévia, esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 27.03.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 130/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 27 de março do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 27.03.07.
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Dia do Ouvidor no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providên-

cias. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva instituir, no âmbito de nosso estado, o Dia do Ouvidor, a ser comemorado todo dia 16 de março.

Fundamentação

O artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas.

Não só não é vedada, como é autorizada pela Constituição Federal, a instituição de dia para representantes do processo civilizatório nacional.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Desta forma, em sede de análise prévia, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.04.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que denomina Professor Moacir Leme da Silva, o colégio estadual localizado na R. Ângelo Vodoy, 470, no bairro Santos Dumont, no município de Cascavel. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 167/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, tem por objetivo denominar Professor Moacir Leme da Silva, o colégio estadual localizado no município de Cascavel.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Estadual do Paraná:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do estado, a partir da promulgação dessa constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva e bem público de qualquer natureza, pertencente ao estado ou ao município.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Há, porém, a necessidade da devida baixa em diligência, do referido projeto à Secretaria Estadual de Educação, para que seja verificado se o colégio mencionado já não possui denominação, com o intuito de não ferir o artigo 1º da Lei Estadual nº 8761/88 que assim dispõe:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Conclusão

Em sede de análise prévia, concluímos que o presente projeto de lei encontra-se em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a técnica legislativa, bem como quanto à legalidade e constitucionalidade. Posto isto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 167/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, visa homenagear um dos mais respeitados professores, membro destacado da sociedade de Cascavel, que em vida muito contribuiu com o desenvolvimento educacional, econômico e social daquele município, denominando Professor Moacir Leme da Silva, o colégio estadual localizado no bairro Santos Dumont.

Analisada a matéria e acompanhando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça quanto à legalidade e constitucionalidade, e encontrando-se o projeto de lei de

acordo com a técnica legislativa, oferecemos parecer favorável, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Assistência ao Cidadão com Câncer e ao Especial Carente - ABRACCE, com sede e foro no município e comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 266/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Assistência ao Cidadão com Câncer e ao Especial Carente, com sede e foro no município e comarca de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, o Centro Educacional Infantil Criança Futuro - CEICF, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 270/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Professor Luizão, tem por escopo declarar de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Criança Futuro - CEICF, com sede e foro na cidade de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por

estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, diante da legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná - NOROSPAR, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/07, de 18/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 277/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de utilidade pública, a Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná - NOROSPAR, com sede e foro no município de Umuarama.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1098, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1102 e 1103, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1104 e 1106, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1105 e 1107, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1110, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimentos nºs 1111, 1112 e 1151, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1115, 1117, 1141, 1142, 1143 e 1144, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1122, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimentos nºs 1124, 1152 e 1156, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1131 e 1133, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1132, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1134 a 1139, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1145, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Gostaria de solicitar aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que integram a base do Governo para que pudéssemos rejeitar esse requerimento. Na verdade é o requerimento que desdobra ainda sobre o famoso episódio do ônibus. É um requerimento absolutamente com ânimo de provocar a discussão feita pelo Deputado Jocelito. Se é para fazer a discussão vou mostrar inclusive o ônibus.

Vou mostrar aqui o ônibus para ver se melhora o humor dos meus colegas Deputados. Este ônibus aqui (mostra o ônibus), montado numa cartanagem, está sendo distribuído pelo Prefeito Beto Richa nas escolas municipais de Curitiba. A criança monta o ônibus.

Na verdade, essa questão do ônibus é um tema que, na minha avaliação, assumiu de forma absolutamente despropositada uma discussão que não tinha sentido, na medida que foi uma forma bem humorada de convidar aos Deputados Estaduais da bancada da base de apoio que tem comparecido em grande número para participar das reuniões da Escola de Governo.

Essas reuniões têm sido extremamente importantes porque a discussão é sobre as ações de governo e das políticas públicas e o resultado é seguramente muito bom, porque informa ao conjunto da direção do primeiro e segundo escalão do Governo e também, é claro, aos cidadãos que ali comparecem. Tem muita gente que vai para poder participar e tem sido muito interessante. Além de ver manifestações culturais da sociedade paranaense, ouvimos palestras de pessoas extremamente bem qualifi-

cadadas, creio que todos, um pouco mais, um pouco menos, mas todas as pessoas acabaram entendendo o que era a questão.

Entendo que os Parlamentares - de forma respeitosa, vou repetir - a Oposição não foi convidada para poder participar desta discussão. Eu achei que este Parlamento poderia ter melhor bom humor. Temas tão importantes que temos discutido nesta Casa, os temas têm sido - na minha avaliação - muitas vezes aprofundados, outras vezes não, e penso que é importante que pudéssemos nos aprofundar em temas que são absolutamente relevantes para a sociedade paranaense.

Este episódio do ônibus tomou uma proporção absolutamente desmedida, e o requerimento do Deputado Jocelito faz 10 perguntas sobre o custo do cartãozinho que o Chefe da Casa Civil enviou. Reconheçamos: que Pequeno Expediente despropositado! O tema já está sendo tratado de outras formas, inclusive, o Deputado Marcelo Rangel que já havia apresentado um requerimento, concordou e reconheceu que era desmedido o questionamento.

Enfim, temos que reconhecer que as questões têm que ser tratadas com seriedade e também com bom humor. Ainda há pouco pedi que minha assessoria entregasse ao Deputado Jocelito o requerimento que havia solicitado sobre as informações da indústria de Ponta Grossa, a Águia, da Ambiental. V. Exa. recebeu todos os documentos que havia solicitado, de acordo com o que havíamos nos comprometido.

Então, Deputado Jocelito, V. Exa. que é um Parlamentar que tem feito pronunciamentos, aqui, com muita profundidade, é uma pessoa que discute os temas, entende seu pronunciamento, já manifestou sua opinião na semana passada. Mas, acho que de fato o pedido de informações extrapola aquilo que entendemos como viável. Enfim, sua manifestação foi absolutamente importante, à medida que manifestou um ponto de vista sobre o convite que havia sido recebido pelo Deputado Carlos Simões.

Por isso, queria orientar nossa bancada a rejeitar, mas eu queria sobretudo solicitar que V. Exa. pudesse retirar o requerimento. Temos temas importantes para serem discutidos. Penso que poderíamos encaminhar isto, sem deixar V. Exa. de fazer o encaminhamento.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, inicialmente, pela ordem, solicito primeiro que pedisse ao Sr. 1º Secretário que lesse na íntegra o requerimento que fiz.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)

(Lê requerimento do Deputado Jocelito Canto ao Chefe da Casa Civil, solicitando informações relativas ao

convite da reunião do secretariado, onde haveria o sorteio de um ônibus).

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento e encaminhamento do Deputado Romanelli, e vi também que ele traz o ônibus que está sendo distribuído pela Prefeitura de Curitiba. A intenção da Prefeitura me parece ser uma forma educativa de instruir os alunos e os jovens da rede pública municipal de Curitiba.

Eu só estranho que o Deputado Romanelli me pede para retirar o requerimento e eu acho que até determinado momento poderia ser feito isso. Agora, não concordo com algumas coisas, por exemplo, de que o Governo não tem tempo de responder os requerimentos importantes que são feitos neste Parlamento. Volto a dizer: tenho requerimentos aprovados, nesta Casa, que ainda não foram respondidos.

Recebi da assessoria, por meio do Deputado Romanelli, as informações que me foram passadas sobre o caso envolvendo a Paraná Ambiental. Isso aqui tem que jogar no lixo! Na auditoria feita pela empresa contratada pelo governo não tem assinatura do auditor que fez a auditoria. Então, para mim não tem como ser um documento oficial, porque não tem assinatura do auditor num documento que deve ter sido pago pelo estado! Pularam a parte final! Não tem as conclusões da auditoria! Por que não tem? Tem algo que não posso saber nessas conclusões finais?

Outro requerimento: esta Casa aprovou um requerimento meu solicitando informações sobre aquela denúncia que o Governador Roberto Requião fez dizendo que o irmão do Prefeito Beto Richa teria feito um pagamento de forma ilegal, cobrando aquela questão do asfaltamento, da duplicação de Garuva até Curitiba. Para surpresa minha, veio um requerimento assinado pela Chefe da Casa Civil em exercício, Jussara Borba Guzzo, dizendo que eu tenho que buscar os requerimentos, sugerindo que eu peça à Procuradoria do Governo. Como se Procuradoria e Casa Civil não fizessem parte do mesmo governo!

Qual é a diferença entre Procuradoria e Casa Civil?

Eu fiz um requerimento ao Governo. O Governo enrola e manda dizer que tenho que pedir a informação ao Procurador e não à Casa Civil. Isso aqui é enrolação!

Segundo: recentemente, fiz um requerimento pedindo cópia do termo que o Governador assinou de aditivo com o Ministério Público, em que o Ministério Público gastou além do orçamento e o Governador fez um ajuste de conduta com o Ministério Público. O Ministério Público deu entrevista e disse que não era verdadeiro aquilo que falou o Governador. Eu pedi informação ao Governo, para buscar essa informação oficial que estava nos jornais e nas rádios e para surpresa minha a mesma Jussara Bora Guzzo diz que tenho de pedir para o Ministério Público.

Então, Sr. Presidente, um pedido de informação que você pede e o Governo não quer informar! Por que não quer informar? Tem alguma coisa que não podemos saber que estão nesses documentos?

Esse requerimento que faço hoje, retiro, desde que o Deputado Romanelli diga, diante de todos os Deputados, que foi uma brincadeira do Governador. Se o senhor admitir que foi uma brincadeira, retiro o requerimento, porque V. Exa. falou dando risada que foi uma forma alegre de se comunicar com a Casa. Entendo que o nosso Governador é brincalhão, é um Governador brigão quando quer; o Governador quando quer passa a mão, quando não quer enfia o pé! É assim mesmo, já o conhecemos. Quando precisa de voto, te procura; quando chegam as eleições ele visita todas as cidades, passou ele esquece. Estamos acostumados com isso.

Se V. Exa. admitir que foi uma brincadeira sadia, retiro o requerimento, não tem porquê prosseguir. Se ele não admitir, mantenho o requerimento e peço aos colegas que precisamos saber quanto custou essa brincadeira.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, como o Deputado Jocelito Canto disse, tenho convicção. Quero responder ao Deputado, ele merece meu respeito porque temos tido um diálogo fraterno e respeitoso.

É claro que foi uma forma bem humorada! Disse isso, inclusive na televisão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, retiro o requerimento. O Deputado Romanelli admite que foi uma brincadeira. E como foi uma brincadeira do Governador Requião, com todo respeito, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Retirado o requerimento.

Requerimento nº 1146, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Esse requerimento do Deputado Jocelito, penso que é fruto da matéria que foi publicada por um jornal que li, muito por cima.

Em sinal de respeito procuro ler todos os veículos de comunicação do estado. Agora, sinceramente, não temos nenhum problema objetivo nessa questão do transporte escolar. Temos todo encaminhamento que envolve, ou transferência de recursos ou aquisição de veículos, e o tema é claro, tem que ser debatido.

Se lermos o requerimento do Deputado Jocelito, vamos verificar que é fruto da leitura da matéria.

Creio que deveríamos informar mais sobre esse tema. Merece acompanhamento, depois, do estado.

Então, penso que encaminhamos pela rejeição do requerimento, se o autor, Deputado Jocelito, não quiser dar um outro encaminhamento. O Deputado Jocelito acabou de fazer um acordo com essa liderança. Podemos, Deputado Jocelito, buscar maiores informações sobre esse tema. Tenho dito, Sr. Presidente, desculpe insistir nisso, mas penso que os requerimentos de pedido de informação têm que ser bem fundamentados, para que todos possam ter por esse instituto da democracia, que é um direito das informações exercido pela Parlamentar, possa ser valorizado, senão de fato ficamos sem ter uma referência objetiva nesse tema.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu pediria, Sr. Presidente, para que o nosso Secretário lesse o requerimento, para que a Casa tomasse conhecimento e, depois, quero encaminhar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)

(Lê a súmula do requerimento do Deputado Jocelito Canto)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, agora há pouco, de uma forma de respeito e de brincadeira, retirei um requerimento, porque eu entendi que podia retirá-lo, porque o Líder do Governo, que não sabia de requerimento e depois soube da história do cartão. Todo segmento mostra que houve um erro do Governo, uma brincadeira. Foi uma brincadeira sadia e como conhecemos o brincalhão Governador, entendemos o teor e retiramos aquele requerimento.

Esse requerimento que está aí, Sr. Presidente, é muito interessante. Já que estamos na área dos ônibus e o Governador nos deu a pauta - porque todo grande comunicador, por mais inteligente que seja, às vezes, na iminência de querer divulgar e fazer os seus atos, acaba dando pauta e fazendo a ordem daquilo que devemos fazer. Ele pauta o que queremos, na sequência, apresentar. O Governador Requião, quando brincou com a história do ônibus, chamou a atenção da imprensa do Paraná e esta quis saber mais sobre como está o transporte escolar, que é uma responsabilidade do estado - os municípios não estão recebendo e os seus Prefeitos estão com dificuldade. Baseada na pauta anunciada pelo Governador, que iria sortear um ônibus da "escolinha", a imprensa foi buscar as informações: "Como vai sortear um ônibus, se os municípios não têm ônibus suficiente para transportar os alunos?"

Deixo de lado a brincadeira do Governador, para fazer uma pergunta muito correta e séria: quando o estado do Paraná está gastando em transporte escolar? A informação que tenho Deputados Romanelli e Rossoni, Líder da Oposição é de que o governo deveria gastar 100 milhões por ano, em transporte escolar com os alunos da rede pública estadual. Na informação correta vamos encontrar que o Governo gasta apenas 40 milhões. Não

está gastando os 100 milhões como determina a lei. O governo está deixando os Prefeitos do interior apavorados. Os Prefeitos estão cometendo até crime, às vezes, porque eles estão buscando os alunos com o dinheiro do FUNDEF e o dinheiro até do ensino, porque o estado não está cumprindo o seu papel.

Deputado Péricles, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Educação desta Casa deveria chamar aqui o Secretário da Educação do Estado para prestar contas a esta Casa de quanto se gastou nos últimos 4 anos em transporte escolar, Sr. Presidente, que é muito grave. Os Prefeitos depois são penalizados pelo Tribunal de Contas, porque gastaram naquilo que não era atribuição deles. Mas, como os prefeitos são responsáveis, eles pagam às vezes o Tribunal de Contas, mas não deixam de buscar as crianças que são de responsabilidade do estado.

Então, esse requerimento, Srs. Deputados, tem a intenção de saber quanto é o dever do estado de gastar em transporte e quanto que está gastando. Esse requerimento não está mal formulado, não, eles só quer saber quanto é gasto e quanto se deveria gastar para protegermos os Prefeitos do interior, as crianças, os jovens que estão estudando e que não estão indo às aulas, às vezes, por quê? Porque está faltando dinheiro para o transporte. E como o nosso eminente Governador fez a pauta, fez uma brincadeira. E brincadeira tem uma forma de se fazer, pode se fazer uma brincadeira lá no Cangiüiri, em um churrasco, pode ser fazer uma brincadeira reservada em casa, mas não se pode fazer uma brincadeira que alcance a imprensa que divulga e que vai buscar informações sobre transporte escolar.

Então, Sr. Presidente, peço aos companheiros que, em nome dos Prefeitos do interior - muitos deles condenados pelo Tribunal de Contas, sem dever absolutamente nada - que possamos saber quanto custa o transporte escolar no estado do Paraná, que é de responsabilidade do estado. Por que o estado não está pagando? Por que só gastou 40 milhões? Quantos ônibus comprou? Quem comprou esses ônibus? Quanto custou cada ônibus? Que prefeitura recebeu ônibus? Que critério foi usado que foram entregues os ônibus às prefeituras do interior? Por que cidades pequenas não receberam, outras receberam, e assim por diante?

Por isso, Deputado Romanelli, não retiro o meu requerimento e peço aos companheiros aqui presentes que votemos esse requerimento, porque os Prefeitos do interior estão pagando algo que não é deles. E quando vem aqui no nosso glorioso Tribunal de Contas do Estado, que rejeita as contas dos Prefeitos mas que aprova contas de Prefeitos das grandes cidades e do governo do estado sem cumprir o índice da educação, precisamos proteger os nossos Prefeitos, principalmente os do interior.

Por isso, mantenho o meu requerimento e peço aos companheiros: vamos saber qual é o dever do estado; se o estado está cumprindo a sua etapa; se o estado está cum-

prindo o que determina a lei; se o estado está dando aos jovens deste Paraná o direito de irem à escola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a votação do requerimento. Solicito, por gentileza, aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para que possamos proceder à votação do requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não sei se cabe, mas gostaria de solicitar a V. Exa. uma chamada, que a votação fosse nominal para sabermos quem são os Deputados que apóiam os Prefeitos do interior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Indeferido o pedido de V. Exa., até porque o mesmo deveria ter sido feito por escrito e antes de iniciar o período de votação. Agora, apenas solicitamos a V. Exas. que ocupem os seus lugares para que possamos dar início à votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao pedido de informações do Deputado Jocelito Canto, queriam, por gentileza, levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados votam a favor do requerimento.

Os Srs. Deputados que forem contrários ao requerimento, queriam levantar-se.

Vinte e cinco Srs. Deputados são contrários.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimentos nºs 1148 e 1149, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1157, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 130, 157, 167, 266, 270 e 277/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 214 e 218/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 854/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01512, datado de, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALINE RACHEL PEDROSO VIANNA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 856/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01653, datado de 05 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FABIOLA FEDEGER MELO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 858/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01654, datado de 05 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUCIANE MARIA DA SILVEIRA ANDRETTA, para exercer cargo em Comissão, junto a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 859/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob nº 04656, datado de 05 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GABRIELLA RIBEIRO PERCINOTTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 863/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01780, datado de 07 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANTONIA PASSOS DE ARAUJO, para exercer cargo em Comissão, junto à 2ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 864/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01849, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLARINDA BERTOLOTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamed, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 865/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01849, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALCEU SCOPARO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamed, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 866/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01849, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover APARECIDA GOMES FRASCATI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamed, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 867/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01849, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO CLAUDEMIR DE ANGELIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamed, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 868/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01849, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARLA MARTA APARECIDA DE CAMPOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamed, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 869/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01849, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JULIANA PEREIRA CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamed, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 870/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01849, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUIZ HENRIQUE XAVIER, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamed, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 873/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01850, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JULIANE MARIA MAFFISSONI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 874/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01850, datado de 08 de janeiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VALMIR BENINCAR PRIMO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 877/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01853, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DANIEL GAIDEX JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 878/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01853, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CHAYENNE RODRIGUES YACOTA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 880/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01881, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover BERNARDO GUIMARÃES RIBAS CARLI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 881/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01881, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover HEITOR FRANCISCO IZIDORO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 882/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01881, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PATRICIA GUIMARÃES REICH, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 883/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01881, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARMEN SILVEIRA IZIDORO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 884/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01881, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCO ANTONIO FERREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 897/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JAQUELINE GALVAN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 898/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GERSON LUIS DIAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 899/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RIBILEI RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 900/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ADENOR MANOEL DOS REIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 902/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RAFAELA RONSANI, para exercer cargo em Comissão, junto a 2ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 903/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELISANDRA FRANCO RIOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 904/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO JAILSON MINUZZO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 905/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover IVAN KUCHPIL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 906/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01910, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover HELENA DA GLORIA CALEFFI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 907/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01910, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ROGERIO JUVENTINO DE ALENCAR FEITOSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 908/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01910, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover REINALDO KIYOCHI SAKITA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 909/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01910, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JAIME JOSE VIEIRA JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 910/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01910, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CICERO ROBERTO DE CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 912/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01914, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANELISE KIOMI YAMAGUCHI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 914/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01946, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JACQUELINE DEL SEGUE VILLAS-BOAS BUENO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 915/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01949, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JUCELITO BATISTA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Pedro Ivo, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 916/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01968, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JANETE APARECIDA TRAMONTINI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 917/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01968, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO DE PAULA FARIAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 918/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01968, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover, MARCIO ROBERTO LELL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 919/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01968, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 920/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01968, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANA KARLA MARTINS para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 921/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01968, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MELISSA DE PAULA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 922/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01968, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEONOR APARECI CONCATO MARTINELLI MEDINA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 923/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01970, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALINE GRIGOLETTI DE LACERDA COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto à Presidência, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 924/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01971, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EMANUELLE LANGE, para exercer cargo em Comissão, junto à Presidência, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 925/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01972, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DARIO CHECHI DE CRISTO, para exercer cargo em Comissão, junto à Presidência, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 926/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01973, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DIEGO BRUM DE FREITAS, para exercer cargo em Comissão, junto à Presidência, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 929/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01975, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FRANCIELE CARDOSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 933/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SUZEL CHRISTINA GOMES ZATTAR, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 855/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01511, datado de 01 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALUIZIO SEBASTIÃO CRESPO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 857/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01654, datado de 05 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUCIANE MARIA DA SILVEIRA ANDRETTA, do cargo em Comissão, da Comissão de Direito da Mulher, da Criança e do Adolescente, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 860/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01668, datado de 05 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FABIO HERNANDES RODRIGUES DE ARAUJO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 861/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01779, datado de 07 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DAIANE RUZZA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 862/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIA PASSOS DE ARAUJO, do cargo em Comissão, de Assessora da Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, Turismo e Mercosul, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 871/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01850, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELISANE ALVES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 872/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01850, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA SUSANA ALVES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 875/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01853, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CHAYENNE RODRIGUES YACOTA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 876/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01853, datado de 08 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DANIEL GAIDEX JUNIOR, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 879/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01880, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE AUGUSTO ZANIROTTI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 885/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GUSTAVO EDUARDO BÜHRER, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 886/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANA CLAUDIA DE PAULA FABIO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 887/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LURDES MARIA DE PAULA FABIO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 888/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, AMILTON LOURIVAL MACHADO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 889/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, AMILTON BÜHRER MACHADO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 890/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SOELI TEREZINHA CETNARSKI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 891/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA HELENA DE PAULA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 892/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CAMILA MARIA FERREIRA DE PAULA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 893/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROSA MARIA BÜHRER MACHADO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01.03.07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 894/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DIORGES FERREIRA DE PAULA JUNIOR, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 895/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RICARDO CETNARSKI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 896/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01882, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RICARDO CETNARSKI FILHO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 901/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01899, datado de 12 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RAFAELA RONSANI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 911/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01914, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANELISE KIOMI YAMAGUCHI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 913/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01946, datado de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, IVO ANTONIO RODRIGUES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 927/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01974, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDSON BRAZ MASTELARI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 928/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01974, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RAFAEL DE MOURA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 930/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALUISIO PEDRO DA SILVA JUNIOR, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 931/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LEANDRO PANASOLO, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário